

ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-7-2021.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Claudio Janta, Comandante Nádia, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal e Roberto Robaina. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 053/21 (Processo nº 0175/21), de autoria de Mauro Pinheiro. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 1171, 1172, 1169, 1170 e 1196/21, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 014 e 015/21 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 015, 016 e 017/21 (Processos nºs 0696, 0697, 0692, 0695 e 0701/21, respectivamente). Durante a sessão, foram aprovadas as Atas da Quadragésima Terceira, Quadragésima Quarta, Quadragésima Quinta, Quadragésima Sexta, Quadragésima Sétima, Quadragésima Oitava, Quadragésima Nona, Quinquagésima, Quinquagésima Primeira, Quinquagésima Segunda, Quinquagésima Terceira e Quinquagésima Quarta Sessões Ordinárias e da Décima Sessão Extraordinária. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em continuidade, por solicitação de Gilson Padeiro, Márcio Bins Ely, Daiana Santos, Airto Ferronato, Pedro Ruas e Aldacir Oliboni, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Nei Lima, a Hélio Corbellini e a Ivo Fortes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Pedro Ruas. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Guaracy Santos, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, que se pronunciou acerca do trabalho evangelístico e social desempenhado pela instituição em comemoração ao transcurso de seu quadragésimo quarto aniversário. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se José Freitas. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Alvoní Medina, Ramiro Rosário, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Airto Ferronato, Reginete Bispo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Cláudia Araújo, Mônica Leal, Pedro Ruas e Alexandre Bobadra manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Também, foi realizada a entrega, a Guaracy Santos, de diploma alusivo à participação da Igreja Universal do Reino de Deus na Tribuna Popular. Compuseram a Mesa: Guaracy Santos, e os pastores Marcos Antônio Rodrigues, Devani Cândido de Araújo, Olavo Neto e José Roberto Santos Silva. Os trabalhos foram suspensos das

quinze horas e oito minutos às quinze horas e doze minutos. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do sexagésimo aniversário da fundação, no Brasil, do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal, nos termos do Requerimento nº 182/21 (Processo nº 0590/21), de autoria de Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, proponente, Hamilton Sossmeier e Comandante Nádia, em tempo cedido por Idenir Cecchim. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Alberto Bracagioli, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Também, o Presidente convidou Aldacir Oliboni a proceder à entrega de diploma alusivo à presente solenidade a Alberto Bracagioli. Compuseram a Mesa: Alberto Bracagioli e Nelson Bittencourt. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e sete minutos às quinze horas e quarenta minutos. Após, foi aprovado requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Jonas Reis e Matheus Gomes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Idenir Cecchim, Jonas Reis, Alexandre Bobadra, Fernanda Barth, Karen Santos e Daiana Santos. Às dezesseis horas e trinta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento de autoria de Cassiá Carpes e Mônica Leal, solicitando que a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21 (Processo nº 0386/21) fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foram apregoadas as Emendas nºs 03, assinada por Idenir Cecchim, 04, assinada por Roberto Robaina, 05 e 06, assinadas por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21, foram aprovados requerimentos de autoria de Idenir Cecchim, Roberto Robaina e Aldacir Oliboni, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 05 e 06. Foram apregoadas as seguintes emendas e subemendas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20 (Processo nº 0379/20): Emenda nº 05, de autoria de Roberto Robaina; Subemendas nºs 01, 03 e 04, assinadas por Aírto Ferronato, à Emenda nº 04; Subemenda nº 02, assinada por Idenir Cecchim, à Emenda nº 04; Subemenda nº 01, de autoria de Claudio Janta, à Emenda nº 03. Na oportunidade, foi apregoado requerimento de autoria de Aírto Ferronato, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 03 aposta à Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20. Também, foram aprovados requerimentos de autoria de Roberto Robaina, Aírto Ferronato, Idenir Cecchim e Claudio Janta, solicitando que a Emenda nº 05, as Subemendas nºs 01, 02 e 04 apostas à Emenda nº 04 e a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 03, todas referentes ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Subemenda nº 02, assinada por Matheus Gomes e Roberto Robaina, à Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 057/20 (Processo nº 0146/20), e foi aprovado requerimento de autoria de Matheus Gomes e Roberto Robaina, solicitando que essa subemenda fosse dispensada do envio à apreciação das comissões

permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 320/17 (Processo nº 2915/17), e foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Mari Pimentel e Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 215/19, e foi aprovado requerimento de autoria de Mari Pimentel e Felipe Camozzato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foram aprovados requerimentos solicitando que as Emendas nºs 01, 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 184/17 (Processo nº 1581/17) fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovado requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando que a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/20 (Processo nº 0316/20) fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovado requerimento de autoria de Leonel Radde e Aldacir Oliboni, solicitando que a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 066/21 (Processo nº 0219/21) fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovado requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando que a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 114/10 (Processo nº 2567/10) fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando que a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 145/21 (Processo nº 0377/21) fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi rejeitado requerimento verbal formulado por Leonel Radde, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por treze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Leonel Radde, Pedro Ruas, Comandante Nádia, Aldacir Oliboni, Daiana Santos e Karen Santos, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Giovane Byl, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por vinte e cinco votos SIM e dez votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Comandante Nádia, Jonas Reis, Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim, Cassiá Carpes e Matheus Gomes, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em prosseguimento,

foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Jonas Reis. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Resolução nº 018/21 (Processo nº 0368/21), o qual, após ser discutido por Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Ramiro Rosário, Felipe Camozzato, Alexandre Bobadra, Lourdes Sprenger, Reginete Bispo, Moisés Barboza e Mauro Zacher, teve sua discussão adiada por uma sessão, a requerimento de autoria de Ramiro Rosário, aprovado por vinte e dois votos SIM, cinco votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Kaká D'Ávila, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina, votado Não Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes e Mauro Zacher e optado pela Abstenção Pedro Ruas. Na oportunidade, foi aprovada a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, nos termos regimentais, por vinte e oito votos SIM e dois votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo e Não Aldacir Oliboni e Jonas Reis. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20 (Processo nº 0379/20), o qual, após ser discutido por Pedro Ruas, Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Airto Ferronato, Idenir Cecchim, Karen Santos, Pablo Melo, Moisés Barboza, Matheus Gomes, Cassiá Carpes, Daiana Santos, Leonel Radde, Claudio Janta, teve sua votação suspensa, em face da inexistência de quórum deliberativo. Na ocasião, foram apregoadas as Emendas nºs 07, assinada por Roberto Robaina, e 08, assinada por Daiana Santos e Bruna Rodrigues, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21, foram aprovados requerimentos de autoria de Roberto Robaina e Daiana Santos e Bruna Rodrigues, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Karen Santos, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 07. Também, foram apregoadas a Emenda nº 06, assinada por Idenir Cecchim, e as Subemendas nºs 05, assinada por Airto Ferronato e Mauro Zacher, e 06, assinada por Daiana Santos e Bruna Rodrigues, à Emenda nº 04, todas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, e foram aprovados requerimentos de autoria de Idenir Cecchim, Airto Ferronato e Mauro Zacher, e Daiana Santos e Bruna Rodrigues, solicitando que essas emenda e subemendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Ainda, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, relativos a proposições apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20: de autoria de Airto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 04; de autoria de Roberto Robaina, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 05. Às vinte horas e nove minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação

solicitada por Idenir Cecchim, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 014/21. Às vinte horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 45ª à 54ª Sessões Ordinárias; e da 10ª Sessão Extraordinária. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS**, com a abstenção do Ver. Jonas Reis.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Nei Lima, ex-vereador do PDT desta Casa na década de 1980, morador do Extremo-Sul, que deixa esposa e filho.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Também registro o falecimento do ex-vereador Hélio Corbellini.

Vereadora Daiane Santos (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Hélio Corbellini, que também foi secretário do meio ambiente, secretário do DEMHAB, um companheiro de partido, um grande camarada. E aqui fica todo o nosso respeito e consideração à família.

Vereador Airto Ferronato (PSB) (Requerimento): Sr. Presidente, também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do amigo Hélio Corbellini e também pelo querido e estimado amigo Ivo Fortes, falecido na semana passada, foi um dos fundadores da FRACAB.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Fui vereador com Hélio Corbellini, fui vereador com Nei Lima, lamento muito o falecimento de ambos, e reforço o minuto de silêncio que já foi pedido pelos dois vereadores.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ivo Fortes, que é muito conhecido, militante do PSB, como disse o Ver. Airto Ferronato, e também pelo Sr. Hélio Corbellini, que foi secretário do governo Olívio Dutra, foi também vereador desta Casa e obviamente na época, do PT, nossa consideração.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, vereadores, vereadoras, nos últimos dias, o nosso Estado, e particularmente a nossa capital, Porto Alegre, recebeu a presença do Presidente Jair Bolsonaro e uma série de manifestações de seus apoiadores. O que me chama a atenção, Presidente, e contra o que eu quero aqui fazer um protesto veemente, é o tratamento que S. Exa., o prefeito municipal, deu ao Presidente da República, um tratamento que nos deixou constrangidos. Todos sabem que o Presidente da República é um negacionista, é um homem que primeiro negou a existência da pandemia como doença grave que se alastrava pela infecção pelo Coronavírus, e depois, já envolvido numa série de denúncias, até de corrupção na questão da vacina, negou aos brasileiros e às brasileiras a possibilidade de uma vacinação rápida e eficaz, como também combateu toda a ciência no sentido de que não deveriam ocorrer aglomerações; e deveria haver, sim, o uso de máscaras pelas pessoas. Pois o Presidente não usa máscaras e veio à Porto Alegre sem usá-las, e disse o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, que não iria multar o Presidente. E há um decreto aqui da própria Prefeitura, do próprio Executivo Municipal obrigando o uso de máscaras em

Porto Alegre. E o prefeito disse que não iria multar o Presidente por não usar máscaras, como não iria multar ninguém que não usasse, o que não é um direito seu, e, pelo contrário, além de ser antipedagógico, além de deseducar as pessoas, o prefeito atropela um decreto que é do Executivo Municipal, ele desrespeita e debocha de uma própria norma de segurança sanitária, que o Executivo Municipal, em boa hora, promoveu. Ao dizer que não multaria o Presidente, ele se coloca em uma posição de subserviência à vontade do Presidente Jair Bolsonaro de não utilizar máscaras, o que é proibido em muitos municípios, inclusive, em Porto Alegre, e disse que não multaria o Presidente Jair Bolsonaro e que não multaria ninguém. Hoje, inclusive, há uma foto do prefeito com o Presidente, nos jornais de circulação, em que ambos estão sem máscara, aliás todos da reunião estão sem máscaras. Então, isso, para nós, Presidente Márcio Bins Ely, é de um constrangimento extremo, porque o prefeito não é apenas a figura, ou o Sr. Sebastião Melo não é apenas ele próprio, ele é o prefeito, ele representa a todas e todos de Porto Alegre, ele representa a cidade, e ele não poderia em hipótese alguma, mas de maneira nenhuma, dizer que não multaria o Presidente e que não multaria mais ninguém. E o ele faz do decreto? Então ele revoga o decreto? Na prática, ele revogou o decreto, ele deixa de cumprir o que o próprio Executivo Municipal determinou, e alardeia isso como um certo feito. Ora, a primeira obrigação do prefeito é cumprir a lei, ainda mais uma lei que o próprio Executivo Municipal fez. Não a cumprir, em toda a conceituação do direito penal, é prevaricar, é não cumprir ato que a autoridade responsável é obrigada a fazer. Ele deixou de cumprir por vontade própria e expressa, é prevaricação, é uma circunstância grave. O prefeito se submeteu, repito concluindo, à vontade do Presidente da República, pessoal e absurda de não usar máscaras, também não usou no encontro com o Presidente, e ainda disse que não multaria o Presidente e nem ninguém que não usasse máscara. Ora, e o decreto municipal em vigor? É uma vergonha para todos nós. Eu repito: é uma situação de constrangimento, porque Porto Alegre ficou numa situação ridícula em que o próprio prefeito acaba por dizer que seu decreto não tem qualquer valor. É um absurdo e não é aceitável. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Igreja Universal do Reino de Deus, que tratará de assunto relativo ao trabalho evangelístico e social desempenhado nos seus 44 anos de existência. Convidamos o bispo Guaracy Santos e os pastores Marcos Antônio Rodrigues, Devani Cândido de Araújo, Olavo Neto e José Roberto Santos Silva a fazerem parte da Mesa. O Sr. Guaracy Santos, bispo, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. GUARACY SANTOS: Muito obrigado. Queria agradecer desde já ao Presidente da Casa e rogar ao meu Pai, ao meu Senhor Jesus que o abençoe, como também agradecer a todos os parlamentares desta Casa, porque a iniciativa do Ver. Freitas não teria alcançado o seu objetivo, se os parlamentares desta Casa não tivessem entendido o bom senso do requerimento, a partir de uma lei, que foi aprovada pelos senhores, a Lei nº 12.735, que instituiu o dia 9 de julho como o Dia da Igreja Universal. Queria expressar a nossa imensa alegria por ver esse reconhecimento, já que esse braço social, esse socorro profícuo que a Igreja Universal presta há 44 anos, em especial, no período da pandemia pôde ser, de fato, reconhecido. Para nós é uma satisfação muito grande em função de todo o nosso histórico de lutas, de batalha social dividido em seus mais de 23 grupos de vertentes sociais de descamisados, de excluídos, de abandonados. Eu conversava agora com a repórter de um veículo de comunicação, e ela me perguntava como foi ajudar as pessoas no período da pandemia, como foi ser tão frequente no socorro a elas. Eu disse para ela que, para nós, foi muito fácil em função dessa ser a tônica da igreja nos seus 44 anos de existência. Quem nos conhece a fundo sabe que a Igreja Universal não fica presa, trancafiada nos limites do espaço físico de seus templos, pelo contrário. A força que nós temos dos templos, da porta para dentro, é fruto do socorro constante que nós prestamos aos aflitos deste País, 24 horas por dia, lá fora, em trabalho firme e constante dentro de presídios, em instituições para recuperação de drogados, de menores marginalizados, em leprosários, creches, asilos, UTIs de hospital. A quase totalidade, a maioria dos nossos sacerdotes têm formação de capelão, para terem acesso aos lugares onde se encontram o aflito e o desesperado. A força da Igreja Universal sempre foi essa. Os bispos e pastores da Igreja Universal não têm cheiro das elites, nós temos cheiro de ovelha, porque estamos 24 horas por dia no meio do povo. Por isso o povo, o grande povão deste País sempre abraçou, sempre acolheu e reconheceu o nosso trabalho como um fato – o que realmente o é – e a estatística do número de salvos, de libertos, de curados de dependência química e outras tantas situações de curados comprovadamente, clinicamente, de suas depressões, bipolaridade, esquizofrenias, no dia a dia do trabalho da Igreja Universal. É com muita alegria, com muita satisfação que eu venho a esta tribuna agradecer a iniciativa do Ver. Freitas, como também o abraço que deram à causa os vereadores desta Casa, principalmente quando a gente se lembra de todas as lutas, de todas as guerras que a gente passou e de toda a força que as pessoas me viram colocar aqui em Porto Alegre, no último ano, para ver respeitada a funcionalidade da igreja, em detrimento do senhor contorcionismo que algumas autoridades fizeram para mexer, de maneira completamente anticonstitucional, no funcionalidade da igreja. É fato, e eu não posso deixar de citar isso aqui, o contorcionismo que eles fizeram com a ajuda de todos os lados para frear a funcionalidade da igreja, coisa que não pode ser feita neste País, porque o art. 5º, em seu inc. VI, da Constituição diz: "Liberdade de culto, expressão, reunião e religião são invioláveis". Fica claro assim que, em situações de pandemia e de calamidade, as autoridades constituídas podem restringir, mas não podem tocar na funcionalidade da igreja. Geralmente, quando as pessoas atacam as instituições cristãs, sempre alegam a laicidade do Estado. Só para quem está nos assistindo possa entender,

o que é que dita a laicidade de um Estado? A igreja não toca nas ações do Estado, e o Estado não vilipendia a funcionalidade da igreja, isso é respeitado em qualquer lugar do mundo. Eu estou voltando agora, depois de quatro anos trabalhando na América, fora os outros tantos países onde eu tenho ações sociais e evangelistas, eu passei quatro anos nos Estados Unidos, só para os senhores entenderem onde surgiu a expressão laicidade. Foi lá, e a primeira pessoa que pronunciou o termo laicidade, para defender a laicidade, foi o presidente Thomas Jefferson, não quando a igreja tentou vilipendiar o Estado, mas quando o Estado tentou violentar as ações da igreja. O presidente Thomas Jefferson chamou um pastor e disse: "Fique tranquilo, enquanto eu for o presidente desta nação, a laicidade vai ser respeitada, e ninguém vai tocar na funcionalidade da igreja, pastor. O senhor pode trabalhar em paz". E com um detalhe interessante: na constituição daquele país, isso não existia. Quando atacaram as igrejas nos Estados Unidos, queimaram, principalmente nos estados do Sul, eles alegavam a laicidade e atacavam, queimavam igrejas, agrediam pastores, infelizmente. Isso acabou, porque o presidente daquela nação se posicionou, deixando claro que a laicidade acompanha muito bem o adágio popular do Nordeste que, para mim, é o melhor conceito de justiça perfeita do mundo, que é aquele que diz assim: "Pau que dá em Chico dá em Francisco". A justiça é uma via de mão dupla, é de lá para cá, e de cá para lá. E todo conceito jurídico perfeito no mundo sabe que a lei mor, que a matriz mor da justiça é a imparcialidade no julgar, coisa que, infelizmente, no nosso País, por muito tempo, a gente não viu acontecer. Então, chegar a esta Casa e ver a igreja homenageada, depois dos seus 44 anos de luta clara, visível pelo aflito e pelo desesperado, só me alegra. Eu quero agradecer ao meu Senhor Jesus, que, nesses 34 anos em que eu o sirvo, me deu a capacidade, pelo seu espírito, de chegar até aqui; e agradecer aos parlamentares desta Casa, senhores gestores de um tremendo bom senso, por entender o bem que somos e fazemos. Obrigado a todos os parlamentares, obrigado ao Ver. Freitas pela iniciativa e obrigado à família Universal, que dá sentido à nossa existência e ao nosso ministério. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu sou uma prova viva do trabalho da Igreja Universal. Aqui está um testemunho, aqui está o resultado, eu sou um de milhões e milhões de pessoas que existem neste mundo resultado do trabalho da Igreja Universal. No ano de 1989, pisei pela primeira vez na Igreja Universal, desenganado pela medicina. Já tinha batido em várias portas sem resultado, e, quando pisei na Igreja Universal pela primeira vez, fui muito bem acolhido pelos obreiros, pelos pastores. Depois me tornei obreiro, que é um colaborador do pastor, me tornei pastor e hoje, como estou na política, sou pastor voluntário da Igreja Universal. O que fez eu ficar na Igreja Universal foi justamente o acolhimento, e esse acolhimento que eu tive é o que as pessoas têm, diariamente, ao chegarem a uma porta da Igreja Universal em qualquer canto deste País, deste mundo.

Sou autor da lei nº 12.735, que instituiu o Dia da Igreja Universal em Porto Alegre. A motivação surgiu em função de conhecer a fundo o importante trabalho espiritual e social realizado pela entidade. A Universal está presente em 134 países, nos 5 continentes, com 12.330 templos e 17 mil bispos e pastores. No Brasil, hoje, a igreja conta com 8.700 templos espalhados por todos os 26 estados e no Distrito Federal. Desde os primeiros anos de existência, a Universal desenvolve programas sociais amparando segmentos esquecidos e marginalizados pela sociedade, com pessoas em situação de rua, detentos, comunidades carentes, mulheres vítimas de violência doméstica e viciados em drogas. Na pandemia, a Universal arrecadou mais de 40 mil toneladas de alimentos em todo o Brasil e em mais de 109 países, sendo 2,2 milhões de cestas básicas e 3,5 milhões de refeições prontas. No Estado, foram entregues 15 toneladas de alimentos, formando um total de 4.923 cestas básicas doadas em todo o Estado. Cabe salientar que o trabalho das igrejas traz uma economia para os governos, porque pessoas que chegam e são curadas representam uma economia na área da saúde. Na área social, também traz economia. Por isso que nos motivamos a fazer, bispo Guaracy, essa lei, para que fique registrado e para que todo ano seja lembrado o trabalho essencial e fundamental da Igreja Universal. Que Deus continue abençoando o trabalho da Igreja Universal, continue abençoando todos os pastores e todos os obreiros. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Falar da Igreja Universal é falar da minha história. Cheguei à Universal há 34 anos, com a vida destruída, casamento destruído, família destruída, doente. Graças a esta porta, ao trabalho dessa igreja, quando eu cheguei à Igreja Universal, lá na Rua Fernando de Abreu Pereira, nº 93, bairro Sarandi, uma igreja simples, pequenininha, ali fui acolhido, ali fui atendido, dali eu saí auxiliar, obreiro e passei a fazer parte dessa obra desde 1988. Fazer parte da Universal, bispo Guaracy, significa dizer que nós temos um líder que teve coragem de lutar para abrir essas portas, que, se não fosse através do trabalho do bispo Edir Macedo, nós não estaríamos aqui. Quero agradecer a Deus pela vida dele, pela vida da família dele, de todos aqueles que fazem parte, os obreiros, os pastores, os bispos; e daquelas pessoas que têm chegado até a Igreja Universal do Reino de Deus, por terem encontrado ali o alento. Pessoas que chegam desesperadas, pessoas que chegam pensando na morte como saída, pessoas que pensam em tirar a vida, mas, quando encontram essa porta, quando acreditam na palavra que é pregada dentro da igreja, entregam a sua vida ao Senhor Jesus. Elas encontram realmente uma nova situação, uma nova vida, um novo direito de viver. Eu quero agradecer a esse trabalho da Igreja Universal, agradecer aos nossos colegas vereadores, ao Hamilton Sossmeier, que é o presidente dos pastores do Estado do Rio Grande do

Sul, através da Igreja Quadrangular. Dizer que, fazer parte da Igreja Universal, para mim – está ali a minha família, a minha esposa, que vem me apoiando durante esses 34 anos na obra, quero agradecer a Deus pela vida dela, porque ela teve muita paciência comigo no começo. Graças a Deus, estamos vivendo há 40 anos juntos. Por fazer parte dessa imensa obra maravilhosa que é a Igreja Universal do Reino de Deus, eu me sinto honrado de homenagear hoje os 44 anos de existência da Igreja Universal. Parabéns a todos nós, principalmente ao nosso líder bispo Macedo e a Deus, por terem dado essa oportunidade a cada um de nós. Deus nos abençoe, vida longa ao trabalho da Igreja Universal.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabenizo a iniciativa dos irmãos na fé, Ver. Freitas, Ver. Alvoní Medina. Bispo Guaracy, eu sou luterano, membro da IELB. A igreja luterana talvez tenha sido a primeira que surgiu no cisma, dando, com o decorrer da história, origem a diversas denominações e correntes dentro do cristianismo. Eu costumo brincar que a primeira coisa que Ele fará quando voltar é derrubar as placas, porque somos todos irmãos na fé, irmãos em Cristo. Não importa a denominação e eventuais diferenças de protocolos, de liturgia, somos todos filhos Dele e cremos Nele como salvador. Ele virá aqui, realmente, fazer um novo mundo, uma nova terra por meio desta que nós conhecemos. É importante reforçar o papel da Igreja Universal, que, infelizmente, é tão mal falada muitas vezes, tão atacada, mas aos ataques tem um trabalho a ser mostrado. No mundo de hoje, quando a gente fala dos grandes conglomerados, das grandes empresas, algumas pessoas dizem: "Olha, a Apple começou numa garagem, tal empresa, que hoje é um grande conglomerado, começou dentro de uma sala pequena, dentro de uma casa". Nós também temos, no ministério, muitos bons exemplos a serem lembrados da mesma forma. E a Universal é um exemplo. Iniciou numa sala pequena e dali acabou indo para dezenas de países no mundo, reforçando a sua presença em comunidades carentes, em comunidades em que as famílias, muitas vezes, estão desestruturadas, precisam de um auxílio, de uma palavra, de uma boa vontade para com a vida delas, e lá está a Universal e tantas outras denominações também fazendo esse papel. O meu reconhecimento a vocês, os meus parabéns a vocês, a presença da Universal na cidade de Porto Alegre é muito importante e muito bem-vinda. Vocês devem, sim, ser tratados com toda referência, com toda dignidade, porque cumprem um papel social importantíssimo, além de levar também a palavra do nosso Senhor a quem mais precisa. Meus parabéns, contem com o nosso gabinete. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dar os parabéns à Igreja Universal por esta data tão importante e por todo o trabalho, não somente evangelístico, que desenvolve na cura, na ajuda das pessoas, mas também pelo grande trabalho social. Entre os grandes trabalhos sociais que a Igreja Universal desenvolve, um dos principais que eu conheço é o trabalho nos presídios, transformação de vidas, lembrando que igreja não é só culto, a igreja tem um trabalho de assistência social, de cuidado de vida, de transformação de pessoas, de atendimento ao necessitado, e quando a gente fala o necessitado, não é somente o necessitado das questões físicas, mas também na sua essência, muitas vezes no seu espiritual, no abalo emocional que chegam nos templos, muitas vezes com suas vidas destruídas, na família, no casamento, na vida sentimental, na sua estrutura emocional. Eu quero aqui, como vereador desta Casa, parabenizar a Igreja Universal na sua pessoa, bispo Guaracy, e dizer de coração, pelo belíssimo trabalho que vocês desenvolvem, vocês estão de parabéns. Muito obrigado por nos darem o privilégio, a oportunidade de nós podermos parabenizar esse trabalho tão lindo, não somente em Porto Alegre, mas em todo o Brasil e em todos os países onde a Igreja Universal do Reino de Deus está presente. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Aqui se fala em confissões, eu sou católico, que bom que a Câmara de Vereadores tem diversas confissões, que bom isso, ainda mais para testemunhar a importância da Igreja Universal, que vai aonde poucos têm coragem de ir, no presídio, lá na pessoa, lá na vila, lá no fundo. Eu testemunho muitas pessoas conhecidas que, através da Igreja Universal, largaram as drogas, largaram o vício da bebida. Isso não é pouca coisa, isso é importante, e as igrejas, particularmente a Igreja Universal, faz isso com maestria e em quantidade. A Igreja Universal não só faz isso, mas também nos mandou dois colegas fantásticos para cá, o Ver. José Freitas e o Ver. Medina, que são pessoas excelentes, que contribuem muito com o Legislativo desta cidade. Vida longa à Universal, ao senhor, aos seus pastores, a todos, que assim seja. Eu falo aqui em meu nome, Ver. Idenir Cecchim, da Ver.^a Lourdes Sprenger e do Ver. Pablo Melo, do MDB. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Trazendo um abraço a todos, ao nosso Presidente, senhoras e senhores vereadores, cumprimentando a Igreja Universal, cumprimento os nossos vereadores José Freitas e Alvoni Medina pela iniciativa, vida longa à igreja, e dizer da importância que é nós termos, hoje, esta sessão que homenageia a Igreja Universal. O nosso abraço em meu nome, Ferronato, e em nome do nosso partido. Um abraço e a todos e obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Inscrevo-me aqui para fazer uma saudação, primeiramente, ao Ver. José Freitas, que propôs esta homenagem, e dizer da importância da democracia que está presente aqui nesta Casa, que acolhe a todos e a todas, a todas as confissões. Nós temos acompanhado, embora eu não seja cristã, sou de religiões de matriz africana, e nós sabemos da importância que as religiões têm na comunidade, especialmente neste momento tão difícil de crise, em que a maioria do nosso povo, principalmente o povo pobre, periférico – que é onde a minha religião também está atuando –, depende da solidariedade, da caridade. Hoje o nosso povo está passando fome, e se não fosse pelas redes de solidariedade, pela fé e pela esperança de todas as nossas religiões, hoje estariam perdidos; muitos ainda precisam do nosso abraço. Então eu queria, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, do Ver. Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Leonel Radde, saudar vocês e dizer da importância, sim, pastor Guaracy do Estado laico, porque o estado laico é laico não porque ele despreza das religiões, mas porque ele acolhe a todas de forma igualitária. Um abraço a todos. Obrigada.(Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Saúdo em especial o bispo, que hoje aqui vem nos dar a sua graça, os pastores e dizer que nenhuma instituição dura tanto: 44 anos, por certo, é porque é muito útil, e a utilidade das pessoas é algo muito importante, pois quando uma instituição é útil, ela abraça, ela dá sua mão, ela dá seu ombro para aqueles que mais necessitam, e vemos aqui que a Universal faz isso. Que tenham muitos

mais 44 anos de existência, fortes, sempre dentro da fé, com foco e prezando exatamente o ser humano, que é isso que nós precisamos. Parabéns, vida longa a vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em nome da bancada do PCdoB eu venho aqui parabenizá-los pelos 44 anos, ressaltando sempre a importância da pluralidade, da diversidade, como bem disse a Ver.^a Reginete Bispo, de todas as religiões que estão agora, nesse momento, executando um importante papel nas periferias, nos espaços onde mais precisa, que, em definitivo, é onde a gente vê o alento, fazendo um trabalho concomitante às políticas públicas, executando –mais uma vez eu digo isso –, um papel que é fundamental, sempre considerando a laicidade do Estado, mas fazendo essa reverência especial a esse dia tão importante, a essa celebração do aniversário da Universal. Esse é o recado do PCdoB, em meu nome e em nome da Ver.^a Bruna Rodrigues. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Não podia me omitir e não fazer um comentário referente a esta homenagem tão importante, porque, como umbandista, eu sei da importância e da necessidade do acolhimento. Não importa como a gente chama Deus, o importante é cumprir a nossa missão e fazê-la da melhor maneira possível, e a Igreja Universal, com certeza, faz o seu papel de forma brilhante, acolhendo, principalmente neste momento de pandemia. Quando nós vamos para uma casa religiosa, normalmente nós vamos para pedir algo, porque nós estamos em um momento difícil, dificilmente alguém chega a um local de reza, de uma religião, para agradecer, normalmente é para pedir acolhimento, para pedir proteção, para pedir segurança, e é muito importante instituições, como a Igreja Universal, que realmente acolhe sem olhar a quem. Parabéns e vida longa a vocês. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero aqui cumprimentá-los pela data e dizer que muitas pessoas, já conheci, que falaram da Igreja Universal. Fico feliz por essa chegada, por esses 44 anos, principalmente porque, quando estive em São Paulo como secretária de cultura, tive o prazer de conhecer a missão desempenhada por vocês. No momento em que nós estamos vivendo a pandemia, que é uma catástrofe, essas pessoas ainda mais precisam, e vocês estão bem na linha daquilo que eu aprecio, missão dada é missão cumprida. Parabéns, vida longa. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero também registrar aqui os meus parabéns pela data e lembrar que, quando deputado estadual, eu e o deputado Jeferson Fernandes integrávamos a comissão se direitos humanos, visitávamos os presídios, e eu vi no Presídio Central de Porto Alegre, atual Cadeia Pública, como também no Presídio de Alta Segurança de Charqueadas, o trabalho da Igreja Universal no combate eficaz ao uso de drogas dentro dos presídios, um trabalho bonito, importante, que, por certo, salvou muitas vidas. Quero fazer esse registro, cumprimentando novamente o Ver. Freitas e o bispo Guaracy. Um forte abraço e bom trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Ver. Márcio Bins Ely, quero mandar um abraço muito especial para os nossos amigos da Igreja Universal, assisti aos dois filmes do bispo Macedo, uma história de vida, de superação, homem que começou de baixo, sempre acreditou. A Igreja Universal faz um trabalho social muito importante nos presídios do Rio Grande do Sul. Uma parte da minha família é católica, outra parte é evangélica, e eu, como servidor da Superintendência dos Serviços Penitenciários, nós temos lá área operacional, área administrativa e a área técnica, e, com certeza, a Igreja Universal, a pastoral carcerária, enfim, nos ajuda muito na questão do tratamento penal. Aqui na Casa eu faço parte da Frente Parlamentar Cristã, nós respeitamos aqui todas as religiões, mas eu quero mandar um abraço muito especial para os nossos amigos da Igreja Universal. Eu vou nos cultos da Azenha, às vezes vou no Centro de Porto Alegre, na matriz. A Igreja Universal desempenha um trabalho social muito importante. Embora, a Constituição Federal diga que nós estamos num País laico, o próprio preâmbulo da Constituição Federal fala que nós estamos sob a proteção

de Deus. Eu acho que todas as religiões têm Deus como o ser maior que nos protege, então, respeito todas as religiões, mas hoje um abraço muito especial para a Igreja Universal, que, acima de tudo, faz um trabalho social muito importante e há 44 anos vem ajudando as pessoas. Em nome da bancada do PSL, nosso parabéns muito especial, podem contar conosco. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais bancadas inscritas, quero me somar aos vereadores que se manifestaram, em especial ao Ver. José Freitas e ao Ver. Alvoni.

Agradecemos a presença do bispo Guaracy Santos, dos pastores Marcos Antônio Rodrigues, Devani Cândido de Araújo, Olavo Neto e José Roberto Santos da Silva. Convido o Ver. José Freitas, o Ver. Alvoni e demais vereadores para que a gente possa fazer um registro desta homenagem e fazer a entrega do diploma.

(Procede-se ao registro fotográfico e à entrega do diploma.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h08min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h12min: Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 60º aniversário da fundação, no Brasil, do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal – UDV, nos termos do Requerimento nº 182/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Alberto Bracagioli e o Sr. Nelson Bittencourt.

O Ver. Aldacir Oliboni, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Hoje, no período de Comunicações, nós temos a grata alegria de poder fazer uma homenagem em reconhecimento aos 60 anos de trabalho da instituição espírita Unidos do Vegetal aqui no Brasil, quase 34 anos aqui em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A instituição espírita União do Vegetal teve a sua origem lá nos seringais da floresta amazônica, na fronteira do Brasil com a Bolívia, no então

território de Rondônia. Foi criada em 22 de julho de 1961, portanto logo ali, dia 22, estará de aniversário completando 60 anos de história. Graças ao esforço dos primeiros irmãos e daqueles que se associaram à União do Vegetal ao longo dos seus 60 anos de criação, a instituição está estruturada atualmente em 206 núcleos e 21 instituições autorizadas já consolidadas pela União do Vegetal, distribuídas em seis estados brasileiros e no Distrito Federal. Não são muitos estados, mas são 26 países, como Estados Unidos, Canadá, Peru, Portugal, Espanha, Reino Unido, Suíça, Itália, Holanda e Austrália. Atualmente são mais de 22 mil associados em 123 diferentes nacionalidades, entre as quais cinco mestres de origem que conviveram com o fundador Gabriel. Atualmente, nós podemos dizer que a instituição desenvolve um trabalho tendo como símbolo a paz, a fraternidade e o amor, e a União do Vegetal incentiva a busca da evolução espiritual através da sua doutrina de orientação e aconselhamento para a prática do bem o e para o aprimoramento da conduta ética e moral dos seus discípulos.

A União do Vegetal, aqui no sul do Brasil, mais precisamente em Porto Alegre, está localizada na estrada Beco dos Farias, no bairro Restinga, núcleo Jardim das Flores, que foi o primeiro núcleo da União Vegetal fundada no Rio Grande do Sul. Essa instituição tem um olhar atento para as famílias, crianças e jovens, que estão presentes na instituição desde a sua criação, no âmbito familiar do mestre Gabriel. Nesse sentido destacamos o trabalho de orientação espiritual com crianças e jovens no âmbito do centro espírita, uma frente de trabalho voluntária realizado pela irmandade que tem como objetivo essencial fortalecer e valorizar espiritualmente a família, a paz e a fraternidade humana permitindo que nossas crianças e jovens aprendam a fazer boas e livres escolhas na construção de uma vida adulta saudável voltada à prática consciente do bem.

Lembramos ainda que, dentre tantas atividades está o meio ambiente, a Associação Novo Encanto do Desenvolvimento Ecológico é o braço ecológico do perfil da instituição, criada em 1990. A Novo Encanto é uma entidade ambientalista sem fins lucrativos qualificada pelo Ministério da Justiça como organização da sociedade civil de interesse público. A Novo Encanto tem representações locais em todos os núcleos da União do Vegetal onde realiza ações em prol do desenvolvimento sustentável mediante a valorização da vida, da conservação, da biodiversidade, a proteção do patrimônio cultural, a promoção da paz e da justiça social.

Nós temos aqui muitos relatos do trabalho feito pela instituição, e levaria muito tempo para percorrer aqui, Presidente, sobre o trabalho de inclusão dessa instituição, que nós, como Câmara Municipal de Porto Alegre, queremos dar o reconhecimento não só pela sua estada aqui no Rio Grande do Sul, na nossa querida capital, mas mais precisamente pela disponibilidade desse voluntariado em construir um espaço de reflexão e de conversão, porque todos nós temos, com certeza, o direito de ter a nossa fé, e através dela ter a nossa própria religião, e acreditar em Deus ou não, mas quanto menos ateus houver – e aí é apenas uma opinião pessoal –, mais pessoas engajadas a reduzir as desigualdades e construir uma sociedade melhor para todos.

Nós percebemos que no mundo da política há aqueles que constroem um mundo melhor, mas tem aqueles que não tem credibilidade, porque percebemos que a

cada gestão se modificam muito os interesses dos governantes. E não há por que não dizer o quanto é importante nós termos o nosso Deus superior a todas as coisas e através dele nos fortalecermos nessa irmandade de solidariedade e de esperança.

Então, quero dizer a todos os dirigentes da instituição que é uma enorme alegria poder nesse dia homenageá-los, seu Alberto e seu Nelson, que representam a instituição. O nosso carinho e a nossa disposição de estar aqui na defesa dessa livre escolha, e que todos nós possamos construir um mundo melhor para todos a partir de uma opção correta, válida e que dialogue com todos os segmentos, respeitando a diversidade e a democracia. Obrigado, um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Saúdo o Ver. Oliboni por ter trazido de forma tão oportuna esta homenagem à União do Vegetal pelos seus 60 anos. Parabênzo o trabalho dos dirigentes. Eu estava lendo o lindo trabalho social que a União do Vegetal presta à sociedade, e sabemos da importância desses braços estendidos do governo, porque aonde o governo não chega, aonde o poder público não pode chegar entidades como a União do Vegetal chegam para ajudar pessoas carentes, pessoas que precisam também do seu amparo espiritual. Então, deixo aqui a minha saudação, os meus parabéns por este momento tão especial, saudando mais uma vez o nosso colega, nobre colega Ver. Aldacir Oliboni, por esta homenagem muito importante, muito pertinente para este momento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero parabenizá-los pelos 60 anos de existência, parabenizar o Ver. Aldacir Oliboni por esta homenagem de hoje. Tenham em nós, aqui na Câmara de Vereadores, parceiros para tudo aquilo que for feito com amor e pelo bem. Sabemos da importância dos centros espíritas, o quanto acalentam as pessoas que mais sofrem, na pandemia o quanto fizeram também na distribuição não apenas de uma palavra de conforto, mas também muitas vezes de roupas, de cestas básicas. Então que venham muito mais 60 anos de existência. Continuem nessa caminhada trilhando o caminho do bem e nós, aqui, somos sempre parceiros. Vida longa ao centro espírita, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Convido de imediato o mestre Alberto Bracagioli para fazer o uso da palavra.

SR. ALBERTO BRACAGIOLI: Quero saudar o Presidente da Câmara de Vereadores, Ver. Márcio Bins Ely, e também saudar o Ver. Aldacir Oliboni, que trouxe este momento em que nós podemos compartilhar um pouco da nossa entidade perante a Câmara Municipal, e através deles cumprimento todos os senhores; agradecer também as palavras de carinho que foram dirigidas anteriormente.

A gente fala que na União do Vegetal nós temos um trabalho discreto; não é um trabalho secreto, é um trabalho discreto em que todas as pessoas que fazem parte da nossa entidade fazem um trabalho voluntário, porque, quando chegaram neste lugar, tiveram, digamos assim, os benefícios dessa entidade, e por isso, como forma de retribuição, também vêm trabalhando nessa obra. De certa forma, nós damos sequência ao trabalho que se iniciou no dia 22 de julho de 1961, quando o José Gabriel da Costa, um homem simples, um homem trabalhador, um seringueiro dentro da floresta amazônica, mas dotado de uma missão espiritual, ele veio a criar a União do Vegetal dentro da floresta Amazônica; logo em seguida, em 1964, passou a ter sede em Porto Velho; e depois foi crescendo, chegando, em 1982, a ter sede em Brasília. Esse trabalho que começou de uma forma muito simples, com humildade sempre caracterizou o mestre Gabriel. Para nós, mesmo com essa simplicidade, o trabalho sempre foi lotado no conhecimento universal que fez com que a União do Vegetal chegasse a 10 países, a 123 nacionalidades, a 22 mil pessoas que hoje estão associadas à União do Vegetal em seus vários núcleos e distribuições autorizadas em várias partes do mundo como um todo. Isso nos alegra mostrando que o trabalho, com uma clareza de consciência e uma firmeza que o nosso guia espiritual trouxe, pode chegar a essa amplitude do trabalho que temos hoje de muitas pessoas trabalhando em prol do bem e da paz, sendo um trabalho voluntário; não é um trabalho remunerado, e isso é uma das coisas que caracteriza a nossa entidade.

Como foi bem falado aqui pelo Ver. Oliboni, nós, no Rio Grande do Sul, começamos o trabalho aqui em Porto Alegre com o primeiro núcleo chamado Jardim das Flores, logo em seguida tivemos outro núcleo chamado Porto Alegre, e o trabalho foi se ampliando. Hoje temos núcleos em Antônio Prado, em Santa Maria, em Itaara, também é um trabalho iniciado em Pelotas e Erechim, e todos eles tentando dar continuidade às palavras de Jesus, às palavras do mestre Gabriel, que tem como símbolo da paz, da confraternização e da fraternidade humana, a luz, a paz e o amor como símbolo da nossa religião. Como foi falado, esse trabalho como um todo tem, dentro dos seus princípios, a família, um trabalho de orientação espiritual para o desenvolvimento das virtudes intelecto, morais e espirituais, para que essas crianças, futuros jovens e adultos, possam dar continuidade a esse trabalho de paz, sendo também portadores de uma palavra de paz, e a gente vê que o nosso mundo ainda continua carente. Como foi falado também, a nossa Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico também ligada às suas origens, também ligada à sua missão com a natureza também vem desenvolvendo um trabalho de consciência

ambiental, de educação ambiental. Aqui em Porto Alegre, a gente faz parte da associação dos moradores do entorno do morro do São Pedro, que é ligado a um refúgio de vida silvestre, sendo que a Fundação Zoobotânica já fez atividades de educação ambiental junto ao nosso núcleo, e a gente vem procurando fazer trabalhos de preservação desse entorno do morro do São Pedro, como tem trabalhos de plantio, sistemas agroflorestais, preservação da água, entre uma série de outras atividades que são feitas que estão dentro dos relatos que os senhores receberam aqui. Para destacar também, desde o início, mesmo tendo esse início da União do Vegetal lá dentro da floresta, com pessoas com poucos recursos financeiros, sempre houve um caráter beneficente desde o início, e veio então a se transformar numa entidade beneficente que se chama a Casa da União. A Casa da União tem vários trabalhos no Brasil voltados ao trabalho de saúde, de apoio jurídico, entre uma série de outras atividades. Aqui em Porto Alegre, mais especificamente, a gente tem um trabalho integrado com o CRAS, com doações, trabalhos de círculos e de paz e uma série de outras atividades de caráter beneficente. E nós procuramos, dentro de cada semestre, realizar trabalhos que a gente chama Dia da Beneficência, que é uma espécie de um mutirão em que são feitas várias atividades assistenciais, normalmente em parceria com outras entidades, e isso normalmente, como a nossa sede está próxima ao Morro São Pedro, na região da Restinga, é um trabalho mais integrado dentro daquela região.

Uma das coisas que eu queria destacar é um projeto que, se houvesse a oportunidade até de ser apresentado, que eu acho um projeto extremamente inovador, importante, se chama Luz do Saber. Esse projeto nós realizamos aqui em Porto Alegre, em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, e ele é um trabalho de alfabetização com inclusão digital, utilizando um *software* livre que permite ao mesmo tempo, com uma metodologia baseada na metodologia freiriana, gerar o processo de alfabetização e a inclusão digital. Esse é um trabalho que tem já várias turmas formadas junto com o Instituto Federal, teríamos condição de ampliar esse trabalho, procuramos parceria para esse trabalho ser desenvolvido. E, além desse trabalho, também tem o trabalho com o centro de reciclagem da Vila Pinto entre outras entidades assistências que nós sempre procuramos unir os esforços; como é dito, a União do Vegetal tem esse espírito da união, unir os esforços para o bem comum.

Eu quero agradecer novamente este espaço aqui na Câmara para poder apresentar o nosso trabalho, ao Ver. Márcio Bins Ely, ao Ver. Aldacir Oliboni e a todos os membros da nossa sociedade que estão aqui reunidos no dia de hoje. Eu lembrei hoje, pensando nas palavras de Jesus que diz: felizes aqueles que promovem a paz, que serão considerados filhos de Deus. Esse caminho da paz é o mesmo caminho trilhado e vem sendo construído por nós e que o símbolo da luz, da paz e do amor possa vicejar e florescer no coração de todos nós. Muito grato.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos ao mestre Alberto. Em nome da Mesa, queremos cumprimentar a UDV – Centro Espírita

Beneficente União do Vegetal em homenagem aos seus 60 anos de fundação e a destacada contribuição à sociedade. Estão suspensos os trabalhos para a entrega do diploma pelo Ver. Aldacir Oliboni e para as despedidas.

(Procede-se ao registro fotográfico e à entrega do diploma.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h37min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h40min: Estão reabertos os trabalhos.

Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento): Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia, após retornarmos à ordem normal.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, eu tinha entendido que nós continuaríamos as manifestações em Comunicação de Líder. Então, nesse sentido, queria ponderar a nobre líder, porque nós, em função das duas homenagens, não nos manifestamos em liderança.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A liderança pode ser a qualquer momento requerida, vereador, independente da ordem dos trabalhos.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): É só para que a gente possa dar andamento às pautas que existem e nós estaremos em recesso na próxima semana. Acredito que tem muitos projetos a serem discutidos e votados e é por isso a minha solicitação, Presidente.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, aproveitando o requerimento da Ver.^a Comandante Nádia, eu já peço ao colégio de líderes abrir uma exceção transferindo o período de Grande Expediente de hoje para a primeira sessão ordinária após o recesso para que possamos entrar, de imediato, na Ordem do Dia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Com a aprovação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, esclareço que o Requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, solicitando o ingresso imediato na Ordem do Dia, não tem objeto possível, pois esse é o próximo período da sessão.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde ao povo da nossa querida Porto Alegre. Eu venho a esta tribuna escandalizado, apavorado, estarecido com que eu vi de pronunciamento do prefeito Melo com a vinda do dito cujo, o coisa ruim, Bolsonaro para alguns, alguns acham que é Presidente, mas de fato não é, é qualquer coisa, é a molecagem do Planalto, é isso. O prefeito Melo disse que não multaria, não multaria porque não multa ninguém que não usa máscara, e aí eu pergunto: prefeito Melo, para que uma Secretaria de Segurança, de fiscalização, para que servidores públicos, para que decretos, para que legislação, para que Estado, se os políticos, como o senhor, acham que estão acima da lei? Que exemplo é este de citar a prevaricação, o descumprimento da legislação? Que exemplo é este, prefeito Melo, de dizer para fechar festas clandestinas, não deixem acontecer aglomeração, ataquem o comércio e aí o nobre Bolsonaro não precisa usar máscara. Fizeram aglomeração de moto circulando pela cidade, uma pirotecnia horrorosa, gastando combustível, a gasolina cara como está. Parece que para esses está barata, para eles está barata, e o prefeito, ao invés de dar o exemplo, tirou uma foto, está lá, na coluna da Rosane de Oliveira no jornal Zero Hora, sem máscara. O Presidente a gente sabe, aquele não respeita nada, não respeita a vida. Prefeito Melo, deste um péssimo exemplo como servidor público, porque prefeito e vereador também são servidores públicos, desrespeitar a legislação, os decretos, na verdade é uma farsa esses decretos que o senhor faz. O senhor mesmo rasga a documentação do cargo que o povo lhe concedeu. Para que Guarda Municipal se ela não pode cumprir a lei? O prefeito diz que não cumpram a lei, o Bolsonaro não precisa, ele pode tudo. Por favor, desrespeito enorme esse seu pronunciamento, ainda está em tempo de se retratar.

Mas eu quero tratar de outro tema aqui também. O prefeito falava que foi feito uma negociação com a associação A, Y, X, vereadores, conseguimos 24 votos, aumentamos a idade, mas não mexemos na alíquota, vai colocar agora alíquota de 14% em mais de oito mil pessoas que não recolhem sobre o integral do seu salário. Vai pegar o gari, o trabalhador do DMAE, da SMOV, da SMSUrb, da SMAM, todos de nível médio, todos que ganham abaixo do teto do INSS vão recolher, de dois salários mínimos para adiante. Essa é a negociação, Melo? Isso não é negociação, é confisco, é roubo de salário, roubo legalizado por lei. Isso é um absurdo, 14%! Já não bastava os 3% que o Marchezan tirou, botou de 11 para 14% a alíquota. E agora o Melo vai pegar a alíquota e vai aplicar em todos abaixo do teto do INSS, 14%. O prefeito Melo está criando o imposto sobre aposentadorias; ele conseguiu um feito que o Marchezan não conseguiu, ele está criando o imposto sobre aposentadorias em Porto Alegre, onerar e tirar do bolso. Por isso que ele consegue, Ver. Mauro Zacher, revogar o IPTU, porque a revogação do IPTU vai sair do bolso desses que construíram a cidade, gerações e gerações que agora estão com 70 anos, com 80 anos, com 65, aposentados, estão tranquilos e vai vir o golpe pela mão daquele prefeito que foi lá na Guarda Municipal dizendo que não ia fazer o que o Marchezan fez, que é atacar servidor público. É isso, criando o imposto sobre aposentadorias e quem vai pagar são mais de 8 mil servidores inativos, pensionistas e mais os que vão se aposentando. Claro, o dinheiro tem que sair de algum lugar. O dinheiro do IPTU, que no seu projeto de lei ele está revogando, vai

sair dos servidores públicos. O dinheiro não dá em árvore, claro, dá no bolso do servidor, acabamos de descobrir com o Sebastião Melo: dinheiro dá no bolso do servidor. E o prefeito vai lá, com todos os seus cupinchas, colher o fruto do suor de quem fez as avenidas, as pavimentações, quem colocou encanamento nesta cidade, quem recolhia o lixo que agora a maioria está aposentada. Essa é a realidade, dá no bolso de quem trabalha. Que barbada revogar o IPTU, Sr. Ricardo Gomes, eu sei que o senhor está lá na Prefeitura, o senhor é um dos mandantes, o senhor é o grande falador de reduzir impostos, mas está criando imposto sobre aposentadorias. Isso é inaceitável. O prefeito que ganhou é o prefeito demagogo, disse que iria fazer A e está entregando B, isso é lamentável, Sebastião Melo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Kaká D'Ávila está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, se já havia pedido e anunciado o encerramento do período de Comunicações quando chamou para a Tribuna Popular, então já estava encerrado o período de Comunicações, além disso o Regimento me parece claro e dá o entendimento que o requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, entrando, imediatamente, na Ordem do Dia pode ser feito a qualquer momento e deve ser votado. Não foi votado, nós estamos violando o Regimento desde o momento em que foi anunciado o encerramento do período de Comunicações e como também ao não fazer o encaminhamento de votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Felipe Camozzato, foi feito requerimento solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a primeira sessão após o recesso. Conforme preconiza o art. 180, § 2º, do Regimento: iniciado o período, todos os integrantes do grupo terão assegurada sua manifestação.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): O requerimento feito foi para a entrada na Ordem do Dia, portanto, deveremos entrar na Ordem do Dia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim. Na subseção VI do Regimento sobre as Comunicações, o art. 180 prevê: Iniciado o período, todos os integrantes do grupo terão assegurada sua manifestação. É disso que estamos falando. Depois que terminar, vamos entrar na Ordem do Dia.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Mas V. Exa. fez o encerramento do período de Comunicações quando chamou a Tribuna Popular.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Foi um equívoco da condução, está esclarecido. Agradeço a compreensão, vereador.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Matheus Gomes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todos e a todas; cumprimento o Ver. Márcio Bins Ely. Gostaria de usar este período de Comunicações para a gente refletir sobre alguns aspectos da nossa realidade. A cidade de Porto Alegre, nos últimos dias, recebeu uma visita que não contribuiu em nada para resolução dos seus principais problemas, que foi a visita do Presidente Jair Bolsonaro, que disseminou, como faz por todo o Brasil, desinformação, posturas contraproducentes para a superação da pandemia e ainda usou a palavra para ameaçar um golpe contra as liberdades democráticas no Brasil. Foi isso que Bolsonaro fez ao jogar desconfiança sobre o processo eleitoral brasileiro, ameaçar o ministro Barroso e fazer uma mobilização que descumpriu totalmente os protocolos sanitários e, na verdade, serviu para organizar a sua base política aqui na cidade de Porto Alegre, que é cada vez menor e por isso mais agressiva em prol desse objetivo golpista. É uma lástima que isso tenha acontecido e que tenha contado com a complacência do prefeito Sebastião Melo, que se negou a aplicar, na cidade de Porto Alegre, os protocolos que ele mesmo decretou, e também do governador Eduardo Leite, que, no sábado, teve uma postura lamentável, ante uma prisão completamente autoritária e antidemocrática, que aconteceu na esquina das avenidas João Pessoa e Venâncio Aires, onde uma mulher foi presa por tentar reagir a uma tentativa de agressão – foi isso que aconteceu, uma moça quase foi agredida na cidade de Porto Alegre; ao reagir, ela que acabou sendo presa, e o agressor seguiu livre – infelizmente o governador Eduardo Leite deixou uma situação como essa passar, foi isso que aconteceu de fato. Eu penso que essa situação reflete um contexto político do nosso País, com cada vez menos espaço para essas ideias – essa é a verdade. As pesquisas de opinião têm demonstrado... Todas essas questões o que a gente está vendo com relação à queda de popularidade de Jair Bolsonaro mostram o enfraquecimento das suas ideias, e parte importante disso foi conquistada pela mobilização social que, desde o dia 13 de maio, acontece em nosso País; começa com o movimento negro dizendo que nós não vamos aceitar morrer, nem de bala, nem de fome e nem da Covid. Essas foram as palavras de ordem da Coalizão Negra por Direitos, que foi às ruas no dia 13 de maio. Posteriormente, já tivemos três datas de mobilização nacional em mais de 400 cidades, com centenas de milhares de brasileiros se manifestando contra esse estado, completamente de desordem que nós temos do ponto de vista econômico, político, socioambiental e sanitário no nosso País. Essa é a grande questão! Aqui na Câmara de Vereadores, neste momento, nós precisamos dar um recado diferente para a população de Porto Alegre, existem pautas na nossa Ordem do Dia que dialogam diretamente com as condições de vida da população trabalhadora, uma delas é a proposta de instauração imediata de um auxílio emergencial para os trabalhadores da cultura, um projeto da legislatura passada, apresentado por vereadores de diferentes partidos, PT, PSOL, MDB, e agora volta à nossa discussão como uma medida extremamente necessária para

esse segmento que foi um dos primeiros a parar e, com certeza, será um dos últimos a voltar com plena atividade, porque nós estamos falando da realização de eventos, nós estamos falando de uma dinâmica de convívio social que, infelizmente, não é possível existir nas condições que a gente está vivenciando, sem a ampla maioria da população tomando a segunda dose, ainda com índices altos de contágio. Temos, nesta segunda-feira, um balanço complicado da realização da Copa América no Brasil, logicamente não falo do resultado dentro de campo, mas chegou, através da Copa América, uma nova cepa no nosso País. Já temos em andamento possibilidade de contágio pela variante Delta do coronavírus. Então, é uma situação complicada, porque, quanto parece que a gente está avançando, dando um passo além, com aumento de vacinação, com uma queda que se observa nas últimas semanas, surgem novos elementos para complicar a situação do povo brasileiro. Então, nós precisamos, de fato, fazer com que o trabalho do Legislativo seja estruturado, neste momento, com políticas que atendam aos interesses emergenciais da nossa população, e esse PL, intitulado PL Malu Viana, que foi uma ativista do movimento negro, do movimento *hip-hop*, que faleceu recentemente, nos deixou, nos dá a oportunidade de construir um legado através da sua vida e de outros guerreiros e guerreiras da cultura também, porque esse projeto vai diretamente ao ponto, usando fundos que a Prefeitura dispõe, que neste momento estão parados e que podem se voltar para melhoria das condições de vida desde o ponto de vista econômico da população, especialmente dos trabalhadores da cultura. Era isso, Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, escutei atentamente o Ver. Jonas e o Ver. Matheus Gomes, casualmente, eles reclamando das máscaras, reclamando das máscaras, Ver.^a Comandante Nádia. No sábado à noite, muitos eleitores do Ver. Matheus Gomes e do Ver. Jonas estavam na quadra do Império da Zona Norte, sem máscaras – 2.500 pessoas aglomeradas, e ninguém de máscara – ninguém de máscara! Como é que vão reclamar de um sem máscara? A Guarda Municipal teve que ir lá, sim, Ver. Jonas, e acabar com aquela farra, clandestina, onde muitos eram seus eleitores – não tem problema nenhum, eles estavam se divertindo, mas eram eleitores do Ver. Jonas; muitos outros do Ver. Matheus Gomes. E aí? E agora, José? E agora, José? Olha a coerência, olha a coerência! Esses eleitores estavam lá sem máscara, em uma festa clandestina, com DJ de São Paulo, 2,5 mil pessoas, Ver. Cassiá, ali na Av. Sertório. Logo abaixo, em outra casa de *show*, uma fila que dobrava duas quadras, juventude linda, uma juventude bonita, via-se eles, lindos, na fila, querendo se divertir, mas estavam sem máscaras – alguns de máscara, poucos, muito poucos. Eleitores de jovens vereadores. Eu tenho muito eleitor velho, igual ao Ver. Cassiá, mas esses votam na gurizada, como eles mesmo dizem:

“Não, nós votamos nos nossos”. E os “nossos” deles são o Ver. Jonas e o Ver. Matheus Gomes. Então, vamos ter coerência, vamos ter coerência, Ver. Hamilton. A coerência é boa e faz bem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Matheus Gomes (PSOL): Olha, o Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, colocou na tribuna uma situação que é inverídica, supondo que eu e o Ver. Jonas estávamos incentivando uma aglomeração contra o uso de máscaras, sem qualquer prova; é uma informação que não corresponde à verdade e irresponsável – o líder do governo usa a tribuna para fazer uma difamação desse tipo contra dois vereadores desta Casa. Era isso, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Matheus Gomes, fica o registro.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Presidente, a questão é que os vereadores aqui não podem vir fazer comentários depois da fala do vereador. O Ver. Cecchim...

(Aparte antirregimental.)

Vereador Mauro Pinheiro (PL): O senhor falou, e eu fiquei quieto lhe escutando; agora, o senhor faz favor de ficar quieto. Vamos respeitar os vereadores aqui desta Casa. Então, Presidente, está se virando ato contínuo os vereadores sobem ali, manifestam-se, e a oposição, a esquerda, vem aqui no microfone atacar os vereadores. Eles acabam usando o microfone de apartes para fazer discurso contra os vereadores. Então, eu quero que somente seja usado, por questão de ordem, o microfone, porque está ficando difícil. O vereador falou; o Cecchim foi lá, Ver. Cecchim, líder do governo foi à tribuna. Ele que vá à tribuna se manifestar. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu venho a esta tribuna, mais uma vez, estupefato, escandalizado! O Ver. Mauro acha que isso aqui é uma pirotecnia. Ver. Mauro, o senhor está aqui há muito tempo, esteve aqui até pelo PT, virou as costas, cuspiu no prato que comeu, e agora vem aqui querer dar lição de moral – o senhor não tem condições de fazer este tipo de pronunciamento, não tem, está impedido pelos fatos históricos que o senhor representa, está impedido.

E outra questão: o Ver. Cecchim veio aqui espalhar *fake news* – Ver. Cecchim, o senhor vai entrar para a história, junto com outros que gostam de espalhar mentiras pela cidade; o senhor deveria ter a liturgia de ser líder do governo e trabalhar com o exercício da verdade, e está faltando com a verdade aqui na tribuna, uma

vergonha, uma vergonha! Cadê o MDB de outrora? Sumiu, foi colocado na gaveta. Cadê o MDB do Simon? Aqui no plenário não está! Aquele, sim, não espalhava *fake news*, não espalhava, e agora eu fico envergonhado, vereador. Claro, muitos eleitores meus gostam de um bom samba, adoram um bom pagode, mas eu não estava lá, e o senhor dizer que meus eleitores estavam na escola de samba – ué, não sabia que o senhor conseguia estar presente em vários lugares, ler a mente das pessoas, o voto, que é secreto. Eu sei que a sua turma quer agora o voto impresso, para cabrestear depois, na saída da urna, ver em quem votou, para ver, de fato, em quem votou, se votou no cupincha ou não – não vai levar! O senhor não vai levar, e a sua turma do voto auditável não vai levar. E o senhor vai ter que ouvir aqui e vai ter que começar a respeitar. Os antigos diziam que o cabelo branco traz sabedoria; para alguns, está trazendo a certeza de que falar qualquer coisa é bonito. Fica muito feio, Ver. Cecchim. Eu sou contra qualquer tipo de aglomeração; nós defendemos os protocolos. Quem não defende é o seu prefeito, que tira a máscara e vai se reunir com Bolsonaro para tirar uma foto, achando que o bolsonarismo está na linha de tiro; não, o bolsonarismo está no canto do ringue na política nacional, está no canto do ringue, está acuado. Toda hora o bolsonarismo está destilando ódio, falando impróprios. Na verdade, na verdade, é uma escatologia verbal o que os do Planalto estão fazendo. Isso, aqui, não vamos aceitar. Então, vereador, engula as suas palavras e as digira da forma que lhe convir, quando ataca meu nome, dizendo que supostamente eleitores meus estão fazendo aglomeração. Respeite esta tribuna, respeite o povo de Porto Alegre, respeite os protocolos, e se alguém nesta cidade não respeitar os protocolos tem que ser autuado, mas não foi o que o seu prefeito disse. O seu prefeito disse que o Bolsonaro e seus cupinchas têm salvo-conduto. Por favor, vamos respeitar esta cidade, que é de cidadãos e cidadãs honrados, que respeitam a lei, e o prefeito não está acima da Guarda Municipal, acima dos decretos, da legislação. O prefeito vai ter que aprender a cumprir a lei; comece, prefeito Melo, ensinando o líder Cecchim a respeitar a verdade, a não vir aqui inventar assunto. Eu não vou engolir esse tipo de mentira.

E quero terminar minha fala pela liderança do PT, colocando o seguinte: o Melo está colocando aqui no plenário, para ser votado logo mais, o imposto sobre as aposentadorias, que vai recolher mais de R\$ 2 milhões/mês para o Paço Municipal. Por isso que ele pode aliviar o IPTU, Ver.^a Bruna, por isso que ele vai figurar, dizendo que corrige a matriz de impostos, que não aumenta impostos, porque ele vai cobrar o imposto sobre as aposentadorias – isso é inaceitável, isso é um escândalo, o prefeito, que se elegeu na democracia, agora fazendo demagogia, transformando em líder espalhadores de *fake news*, em que hoje se transformou o Cecchim – a Nádia, já conhecíamos.

A gente já acompanha a rede da Nádia, sabe que 5% é verdade, o resto são pirotecnias, invenções, para conversar com seus eleitores na sua bolha. Nós não vamos aceitar, essa tribuna é de Porto Alegre, não é uma tribuna da mentira, da *fake news*. Respeitem a cidade. Ver. Mauro, respeite o povo que lhe elegeu, não venha para cá fazer esse tipo de disputa, que nós não vamos engolir carço; nós não viemos para a

Câmara para engolir carço de vocês. Vocês respeitem Porto Alegre, respeitem as mulheres e homens honrados deste Município. Viva a verdade, abaixo *as fake news!*

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, só para deixar claro, Ver. Jonas, quem tem cupincha é bandido! Eu vou listar para ele aqui as obras do PT de Venezuela, Cuba, Bolívia e outros países, mas vou falar....

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, Presidente da Casa, telespectadores da TVCâmara, fiquei muito triste com o episódio do Ver. Jonas, chamando outros vereadores de cupincha. Quem tem cupincha é bandido, e aqui não vejo nenhum colega vereador que seja bandido – bandido está na cadeia. E por falar em cadeia, depois vou ler a listagem dos dirigentes do PT que foram presos, tesoureiro, presidente nacional e ex-presidente. Mas eu quero falar para vocês aqui sobre as obras do Partido dos Trabalhadores; veja bem: BRT de Maputo, R\$ 220 milhões do BNDES; construção da ferrovia na Argentina, R\$ 1,5 bilhão; R\$ 200 milhões para a Bolívia para Bacia del Norte; depois, na Argentina, o Aqueduto do Chaco, R\$ 180 milhões. O governo Lula liberou, via BNDES, R\$ 200 milhões para Nacala, Moçambique; hidrelétrica de Tumarín, Nicaragua, R\$ 1,1 bilhão; depois mais R\$ 30 milhões para ônibus na Colômbia; e, para Cuba, R\$ 3 bilhões, via BNDES; para Venezuela, R\$ 11 bilhões; depois renovação da rede de gasoduto de Montevideú, R\$ 300 milhões; depois, para Argentina, mais R\$ 8 bilhões; hidrelétrica de Manduriacu, no Equador, R\$ 125 milhões; Tumarín, na Nicarágua, R\$ 1 bilhão; Maputo, R\$ 220 milhões – enfim, foram bilhões de reais que o Partido dos Trabalhadores, via BNDES, liberou para fora do País. O Partido dos Trabalhadores quebrou o nosso País. O PT administrou Porto Alegre por 16 anos, e nós estamos enfrentando todas essas dificuldades aqui, em virtude da má administração do PT, do PT do Ver. Jonas; PT do Ver. Leonel Radde, que defende as bandeiras do ex-Presidente Lula. Então, são esses dois vereadores, Leonel Radde e Jonas, que defendem o ex-Presidente Lula e o pessoal do Partido dos Trabalhadores; Ver.^a Reginete Bispo também, Ver. Oliboni, defendem a esquerda ultraradical. Eu quero que vocês coloquem agora na internet para acompanhar o que está acontecendo em Cuba: as pessoas estão saindo às ruas, a internet foi cortada, as pessoas estão passando fome. A ideia do Partido dos Trabalhadores e a esquerda ultraradical é que o nosso País virasse uma Cuba, uma Venezuela, onde as pessoas estão passando fome, passando dificuldades. Nós fizemos aqui na Casa reformas importantes, mas, na hora de votar, o pessoal da esquerda aqui fez pirotecnia. Eu tenho certeza de que, na hora de votar, para baixar o IPTU vão se apresentar, e nós vamos aprovar por unanimidade. Então, Presidente, eu gostaria que houvesse respeito com os

colegas vereadores – cupincha é na cadeia; e quem entende de cupincha é o pessoal do PT.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde, senhoras e senhores, telespectadores que nos acompanham através da TVCâmara, através do YouTube, antes de entrar diretamente ao tema que me traz a esta bancada, eu quero chamar aqui a atenção para algumas coisas um tanto quanto surreais da distopia que nós vivemos hoje no Brasil, que é viver numa democracia que, na verdade, é completamente usurpada pelos togados do Supremo Tribunal Federal, que mandam e desmandam como bem entendem, inclusive à revelia da Constituição. O senador Pacheco, Presidente do Senado, prorrogou a “CPI do circo” por mais 90 dias e aproveitou para se lançar a pré-candidato à Presidência da República, mostrando, no final das contas, o que nós já sabíamos, o povo inteligente já sabe há horas que essa CPI só tem uma função: atacar o Presidente Bolsonaro e fazer politicagem. As ilegalidades recorrentes dos inquéritos absurdos do Ministro Alexandre de Moraes, que foi mandado fechar o inquérito dos atos antidemocráticos, mas, na verdade, não fechou, ele desmembrou, inventou ali uma gambiarra e criou um novo inquérito para investigar crimes que não aconteceram. Foi absurda, hoje, pela manhã, a abertura, pela Polícia Federal, do inquérito para investigar se o Presidente Bolsonaro prevaricou na compra de uma vacina que não aconteceu. Então é uma sucessão de absurdos que nós vivemos hoje no País.

Mas agora o ápice da hipocrisia é o silêncio sepulcral da esquerda e dos falsos defensores dos direitos humanos ao que acontece em Cuba, desde ontem. Eu esperei ser a última para falar aqui porque eu queria dar uma chance para a esquerda se redimir e vir aqui defender a população desarmada, pobre e oprimida que está tomando tiro e apanhando nas ruas em Cuba a mando do presidente ditador que esse país tem. Queridinha, fica quieta enquanto estou falando, porque vocês adoram subir aqui para falar bobagem sobre a Colômbia, defendendo a Venezuela, vocês são defensores de assassinos ditadores, de tiranos! Vocês tiveram a chance de falar e não falaram, agora, fiquem em silêncio, por favor! Vocês são amantes de ditaduras, de regimes totalitários, de assassinos em nome da revolução! Cuba, ilha presídio, onde até os peixes são estatais e nada se faz sem a permissão do Estado, é a prova cabal que o comunismo não funciona em lugar algum do mundo e só multiplica a miséria. Os cubanos clamam por liberdade, por justiça, por comida, por medicamentos, por leitos hospitalares. Cuba é o colapso em todas as áreas, não poderia ser diferente, é comunista. O presidente, digo, ditador Miguel Díaz-Canel convocou as suas milícias armadas para combaterem nas ruas a população pobre, oprimida, que clama por liberdade. O presidente que instigou a guerra civil, que quer massacrar a população quase que majoritariamente jovem, está disposto a derramar sangue e destruir famílias para manter a ditadura. Tenho dezenas de

denúncias aqui de que os feridos, a mando do presidente, não podem ser atendidos por hospitais, que os feridos são deixados para morrer. Abro agora a moção de apoio ao povo cubano, uma verdadeira moção de apoio ao povo oprimido e pobre de Cuba – Bloco de Assinatura nº 4866. Quem defende os direitos humanos e a liberdade vai assinar, e nós vamos saber que quem não assinou essa moção de apoio é a favor do massacre da população civil desarmada. Viva a primavera de Cuba! Viva Cuba *libre*!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todos e todas. Subo a esta tribuna para fazer uma discussão em relação à Casa da Mãe Sandra do Bará, uma casa que se localiza no bairro Medianeira e que está com processo de reintegração de posse para ser executado. É uma casa de santo que está há 40 anos em cima do território, uma casa que já abriu mão de fazer a resistência ancestral e tradicional, ou seja, quer negociar. Desde o início da gestão do Melo, nós estamos com essa mesa de negociação. A ideia é buscar um território dentro do próprio bairro Medianeira que comporte as cinco famílias hoje que dividem aquele território, e também o Terreiro da Casa da Mãe Sandra do Bará. Esse, para mim, é um dos principais problemas que nós, que fazemos política com o pé no chão, com compromisso com quem trabalha, temos que nos preocupar.

Fico assustada com a quantidade de polêmica que se cria dentro deste espaço para fugir de debates sérios e necessários, que nós temos que enfrentar. É muita cortina de fumaça! Quarta-feira passada, foi essa mesma palhaçada, e agora foi, no mínimo, cinco falas para ficar nesse pingue-pongue, nesse fla-flu ideológico que nada correspondem com os problemas que o nosso povo está enfrentando neste momento de pandemia, de crise econômica, de tudo isso que a gente já sabe. Mas chega na hora aqui para a gente debater esses problemas de forma séria, de forma técnica, de forma política, porque, sim, é político pensar os rumos que queremos para a nossa cidade, é um debate vazio em relação às polarizações que estão acontecendo e que não corroboram para que o nosso povo volte a acreditar na política como um instrumento de mudança. Se hoje o povo está desacreditando na política, tem muita responsabilidade nossa, e a gente tem que colocar o nosso dedinho na consciência do tempo que nós estamos gastando e do dinheiro público que nós estamos gastando para subir nesta tribuna aqui e ficar de palhaçada! As pessoas que estão em casa nos assistindo não merecem isso, mas precisam conhecer os seus vereadores. Então, esta minha fala também é para me solidarizar com quem está em casa, que paga os nossos salários, que paga os salários dos CCs, que paga este microfone, que paga toda esta estrutura para ficar vendo vereador bater boca, inventando *fake news* em cima de *fake news* para tirar o foco dos problemas reais que a gente está enfrentando no nosso País e no nosso Município.

Eu estou aqui com uma nota de solidariedade à Casa da Mãe Sandra, é um pedido de suspensão da reintegração de posse, para que haja uma alternativa, um caminho comum, um caminho político, não é jurídico, na letra fria da lei é reintegração, é colocar uma mãe de santo velha, que está há 40 anos lá, na rua, a gente não acredita que política é isso, então, temos que buscar um caminho. As leis se modificam, não é à toa que o secretário de Habitação, o secretário André Machado já encaminhou para esta Câmara de Vereadores um projeto que permite somar os bônus moradia, para que as pessoas hoje que estão sendo reintegradas em seus territórios consigam achar imóveis dentro do bairro que nasceram, que cresceram e que querem permanecer. A ideia das obras, do progresso, do desenvolvimento, do nosso ponto de vista, não é para mandar o povo ainda mais para a periferia, não é para tirar da Cidade Baixa, da Medianeira e colocar no Timbaúva, na Restinga, lá na 18 da Lomba do Pinheiro, as pessoas querem se beneficiar dessa ideia de progresso e de desenvolvimento, mas, para isso, nós temos que ter responsabilidade. Hoje, com apenas dois bônus moradia, R\$ 160 mil, tu não compras uma casa na Medianeira. Então, a gente tem que ter um compromisso com a celeridade desse projeto, é isso que eu venho pedindo para o governo. Há projetos, assim como o dos professores contratados, que tem que andar – tem que andar! Se não anda, se ficamos aqui nessa palhaçada de discussão que não tem nada a ver com os problemas do Município, perdemos a oportunidade de fazer política para beneficiar o povo porto-alegrense. Esse projeto que o secretário André Machado e o Melo enviaram para a Câmara é de suma importância, vai resolver o problema da Casa da Mãe Sandra do Bará. Precisamos ser solidários a essa negociação que está acontecendo e não podemos permitir que uma mãe de santo, um povo tradicional que construiu esta cidade, assim como construiu este País, novamente sofra com especulação imobiliária e com racismo institucional, que muita gente ouve falar aqui de forma abstrata, isso aqui é concreto, nós não podemos remover uma casa de santo, assim como não podemos remover uma igreja, assim como nós não podemos remover um templo sem que haja uma alternativa, sem que haja um plano B. Então, esta é a minha fala e este é o meu desabafo também em relação a essa situação que acabamos de presenciar.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde colegas. Sem mais delongas, eu quero falar que a distopia que se forma nesta Casa cega alguns vereadores acerca de que a realidade fica extremamente distorcida. Nós, respondendo ao que a vereadora incitou, não tivemos tempo de olhar para Cuba, porque aqui, no Brasil, são mais de 530 mil mortes pela Covid, da corrupção na compra da vacina, da falta de alimento na mesa, onde mais de 19 milhões estão, novamente, no mapa da

miséria, da fome, da extrema pobreza, do lugar que a gente vem, Ver.^a Bruna, onde a gente olha a realidade. Nós não tivemos tempo de debater, é isso, porque aqui bem ao nosso lado, enquanto o Bolsonaro roda queimando a gasolina que ele mesmo coloca a R\$ 6,19, nós estamos distribuindo comida, porque o povo está passando fome! Para aqueles que não entendem, que se tome dessa realidade e que venham para o nosso lado, porque nós vamos demonstrar, com toda a responsabilidade que nos cabe, o que, de fato, nós estamos falando aqui. Não adianta vir aqui fazer discurso de viés ideológico, gritar para tocar o peito para falar de uma realidade que desconhece. Nós estamos falando da miséria que foi colocada neste País por conta do Bolsonaro e todos aqueles que o seguem, alinhados a essa política da morte, que não consegue dar conta da centralidade da vida e com o cuidado da população. Irresponsáveis são vocês que se alinham a eles! Nós não iremos defender, em nenhum só momento, enquanto o nosso sangue estiver sendo derramado! Isso é um absurdo! Isso é o pior dos mundos! A vergonha na nossa cara, não permitiremos que venham aqui falar mentiras, falsas verdades! Tem uma coisa que vou concordar é que o PT conseguiu fazer uma espécie de Tinder do mal, realmente, unindo o que tem de pior, porque enquanto estava fazendo a defesa, Ver.^a Reginete, se uniu tudo aquilo que não presta e que não consegue olhar como centralidade a vida, o cuidado de uma população para poder nos atacar! Que nós tenhamos força para criar defesa contra vocês, inverdades, *fake news*. É isso mesmo, Ver. Bobadra, a irresponsabilidade fica em torno das suas ações, porque nós pautamos a vida. Nesse final de semana, enquanto vocês estavam aí rodando com as suas motos, pensando que dessa forma se combate contra a desigualdade, nós estávamos nas comunidades distribuindo comida, nós estávamos nas comunidades distribuindo dignidade para a população. Falsas verdades, aqui não!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Pois não, Ver. Roberto Robaina.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Uma informação, que eu acabei... Eu estava querendo pedir a palavra para defender os trabalhadores de Cuba contra o ataque aqui da extrema-direita de Porto Alegre, mas eu não sei se o PSOL ainda tem o direito a falar, acabei me perdendo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Passou agora, mas terá oportunidade durante a tarde.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Muito obrigado. Eu ia defender Cuba contra essa extrema-direita que quer usar Cuba para os seus interesses privados. Obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sr. Presidente, o Ver. Roberto Robaina pode falar, se ele quiser, no período de oposição. Eu não estou vendo ali o Ver. Ruas, o período de oposição não foi usando ainda, Robaina.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas já falou em oposição. Obrigado, vereador. Não há mais inscritos, peço ao diretor legislativo que faça a chamada para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h31min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 057/20. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós temos um projeto da Mesa em primeiro, PR nº 018/21, poderia ser o segundo?

Vereador Leonel Radde (PT): Poderia.

Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLCE nº 018/20 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): No dia 30 de junho de 2021, foi apregoada a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Cassiá Carpes e da Ver.^a Mônica Leal, à Emenda nº 02, ao PLCE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes e da Ver.^a Mônica Leal, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCE nº 004/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLCE nº 004/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLCE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLCE 004/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emenda nºs 05 e 06, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 05 e 06 ao PLCE 004/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nºs 05 e 06 ao PLCE nº 004/21.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLCE 018/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLCE 018/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Airto Ferronato, à Emenda nº 04 ao PLCE 018/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao PLCE 018/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os

Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, à Emenda nº 04 ao PLCE 018/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 02 à Emenda nº 04 ao PLCE 018/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 03, de autoria do Ver. Airto Ferronato, à Emenda nº 04 ao PLCE 018/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apregoo e defiro requerimento de autoria do Ver Airto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 03 à Emenda nº 04 ao PLCE 018/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01 de autoria do Ver. Claudio Janta, à Emenda nº 03 ao PLCE 018/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLCE 018/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 04, de autoria do Ver. Airto Ferronato, à Emenda nº 04 ao PLCE 018/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 04 à Emenda nº 04 ao PLCE 018/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria dos Vers. Matheus Gomes e Roberto Robaina, à Emenda nº 02 ao PLL 057/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria dos Vereadores Matheus Gomes e Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLL 057/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas ao PLL 320/17.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL 320/17 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 01, de autoria da Ver^a. Mari Pimentel e do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL 215/19.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver^a. Mari Pimentel e do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL 215/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): No dia 7 de abril de 2021, foram apregoadas as Emenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Barboza, e a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLL 184/17.

No dia 3 de maio de 2021, foi apregoada Emenda nº 03, de autoria do Ver. Moisés Barboza, ao PLL 184/17.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação os requerimentos, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 01, 02 e 03 ao PLL 184/17 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADOS.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): No dia 19 de abril de 2021, foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCL 015/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCL 015/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): No dia 3 de março de 2021, foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria dos Vers. Leonel Radde e Aldacir Oliboni, ao PLL 066/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria dos Vers. Leonel Radde e Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL 066/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): No dia 5 de maio de 2021, foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLL 114/10.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio das Emenda nº 01 ao PLL 114/10 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): No dia 30 de junho de 2021, foi apregoada a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas, à Emenda nº 05 ao PLL 145/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio das Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao PLL 145/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento): Quero reformular o meu requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada na Ordem do Dia, incluindo-se na priorização, após o PR nº 018/21, o PLCE nº 018/20 e o PLCE nº 004/21. Obrigada.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Estou até admirado da ousadia da Ver.^a Nádia. Primeiro, ela substitui um projeto de lei que foi colocado na Ordem do Dia, inclusive sem consentimento das lideranças. Agora ela quer colocar um outro projeto do governo após o primeiro, que é da Casa, da Mesa Diretora. Não aceita nenhuma alternativa da oposição, e um projeto simples que está há muito tempo na Ordem do Dia. Queria lamentar essa atitude da líder, em vez de discutir com a oposição, de fazer um acordo de vários projetos intercalando, ela radicaliza. Então, queria dizer que, após o encaminhamento do nobre colega, Ver. Leonel, vou pedir suspensão dos trabalhos,

para a gente conversar porque assim não dá para entender essa posição, tamanha radicalidade.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, este projeto que a vice-líder do governo se refere agora passou nas Comissões Conjuntas sem requerimento de inclusão em Comissões Conjuntas, não houve requerimento, não foi como agora. Então ele já tem uma tramitação irregular, ilegal do ponto de vista externo, irregular do ponto de vista interno. É uma situação muito delicada. É claro que o governo poderia falar conosco sobre esse tema, e deveria ter falado, assim pegar sempre no contrapé, tentar sempre uma manobra, uma atuação de "vou usar a maioria que tenho", "faço qualquer coisa". Não é assim que funciona, nós estamos abertos ao diálogo. Agora não é possível que não tendo havido requerimento, não houve, **passou** nas Comissões Conjuntas, e agora há um requerimento de novo de contrapé, de última mão para tentar colocar em votação. Não dá para aceitar, Presidente, não é possível.

Vereador Claudio Janta (SD): Olha, eu entendo aí os argumentos do Oliboni e do Pedro Ruas, mas o plenário é soberano. Quantas vezes incluímos projetos, se o plenário deu autorização seja de vereador, seja de governos passados, seja de situação, oposição, quantas vezes foram incluídos na Ordem do Dia e onde o vereador, ou seja lá quem for, o quisesse incluir, deliberação, decisão do plenário? Todos os projetos que estão aí na Ordem do Dia, que poderão estar na Ordem do Dia, entre hoje e quinta feira, todos já foram muito discutidos e debatidos na Câmara de Vereadores. Então, não tem surpresa para ninguém, já tiveram audiências públicas, já tiveram tudo que era necessário. Eu estranho a surpresa dos vereadores, sendo que ou o vereador tem interesse no seu projeto ou coloca ou retira ou o governo, e o governo tem interesse em resolver essas duas questões importantíssimas para a cidade de Porto Alegre antes do recesso.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu solicito ao diretor, Dr. Luiz Afonso, que informe ao plenário se houve requerimento ou não requerimento para inclusão deste projeto na reunião conjunta da última sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Leonel Radde. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; encaminho aqui pedido de inversão, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores - Ver. Oliboni, Ver.^a Reginete, Ver. Jonas -, e dizer que é muito importante que a gente possa votar hoje o Projeto de Lei Malu Viana - PLL n° 057/20 -, de auxílio emergencial aos artistas de Porto Alegre. Este projeto de lei está tramitando há diversas semanas nesta Casa, ele lida com aquilo que é mais básico da nossa população, que é o direito a ter o mínimo de dignidade. A classe artística de

Porto Alegre pede socorro neste momento, foram os primeiros a parar e serão os últimos a retornar. O mais dramático é que, se hoje a pandemia acabasse, nós não teríamos espaços públicos, na nossa capital, para absorver os trabalhos dos artistas da nossa cidade. É uma falta de humanidade nós não termos essa pauta como prioridade. São 10 milhões de reais somente, neste ano, que são destinados ao Fundo de Cultura da nossa capital, e nós estamos aqui, dia após dia, colocando projetos de interesse exclusivo da Prefeitura. Ao não votar este projeto de auxílio emergencial, projeto de lei Malu Viana, em homenagem a essa guerreira da cultura, que morreu por causa da Covid, ao não votarmos este projeto como prioridade, nós estamos dizendo como sociedade, como Câmara de Vereadores, como Prefeitura que nós queremos que os artistas morram, morram de fome, morram humilhados. É para isso que se paga o salário dos vereadores e vereadoras desta Casa? Foi por isso que o prefeito Sebastião Melo se elegeu, para verem artistas morrerem na rua? O recurso existe, o recurso está com a Prefeitura, não tem que realocar, são recursos da cultura, e querem matar os artistas. Secretário Gunter, secretário Trogildo, prefeito Sebastião Melo, é urgente, é a minha família, eu vim do meio das artes, eu sou o que sou por causa do teatro e da música, e vejo os meus amigos, minha irmã passando por dificuldades enquanto que gente fica aqui dando tapinha nas costas uns dos outros. Onde está a humanidade de vocês para não aprovar este projeto? É uma vergonha, Porto Alegre, o que está acontecendo, o recurso existe, é o interesse exclusivo do prefeito Sebastião Melo de aprovar ou não este projeto, é o respeito que ele tem em relação aos artistas, aos músicos, aos atores, aos dançarinos, aos produtores e produtoras, são milhares de porto-alegrenses que hoje estão passando por dificuldades enquanto a gente tenta votar dia após dia um projeto de lei, e é derrotado pela base governista do prefeito Sebastião Melo. É um absurdo. E só quem vê a realidade sabe do que estou falando. Então, faço aqui um apelo para que os vereadores e vereadoras enxerguem o que está acontecendo na nossa cidade e votem favoráveis à inversão de pauta, e votem favoráveis a este projeto de lei. Serão lembrados e, se existe justiça, ela será feita mais cedo ou mais tarde. Eu peço encarecidamente também que, nesta Casa, nós aprovemos com urgência a mudança na resolução para permitir o festival de artes aqui no nosso Teatro Glênio Peres. Meu pai foi diretor estadual de artes cênicas, meu pai era filiado ao PDT, meu pai era aliado inclusive do MDB pelo histórico com diversos partidos desta Casa. Eu espero que estes partidos honrem a memória do meu pai, honrem a memória do Ronald Radde que fez tanto pela nossa cultura e tanto fez pelo PDT e pelo MDB. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. O projeto Malu Viana é exatamente o que foi descrito pelo Ver. Leonel Radde. O que pode não ter sido enfatizado ainda, primeiro, que subscrevo o que disse o Ver. Leonel Radde, conheço bem o projeto e a necessidade dos artistas, é que neste momento nós temos mortes, óbitos de artistas por conta da ausência de alimentação, da ausência de alimentação, por inanição, nós já temos neste momento. E o dinheiro está parado na Prefeitura, e pior do que isso, o prefeito Sebastião Melo, pelo menos nas declarações anteriores, se disse a favor disso. Será que ele sabe, será que ele pensa que não precisa ele ser contra publicamente para não ser antipático, ele sabe que aqui não vai passar, não vai ser votado, sequer? E aí ele pode ser a favor, porque ele disse que é a favor. O prefeito Sebastião Melo é a favor do projeto Malu Viana. Isso é inacreditável! Mas aqui não passa, eu acho, mas não tenho informação. Então, se isso estiver errado, o que eu vou dizer agora, não é uma *fake news*, porque não é um fato que eu estou afirmando, é uma opinião, eu acho que o prefeito diz assim: "Vocês segurem lá e me tirem dessa bronca porque eu já disse que sou favorável." Mas a bronca é zero, porque o recurso está lá e é rubricado, Ver. Leonel Radde, esse recurso é rubricado, ele não pode ser utilizado em outras coisas. Ele só pode ser utilizado em benefício dos artistas, e precisa ser, são mais de R\$ 10 milhões. Eu, hoje, pela manhã, falava com o Hamilton Leite, artista filiado, vinculado ao PSOL, sobre este projeto, a necessidade que existe de sua aprovação e o compromisso do prefeito com o projeto. Eu disse: "Olha, Hamilton, o prefeito pode ter compromisso com o projeto, mas ele tem que avisar a base para deixar votar e, quando deixar votar, votar a favor." É como o prefeito ser recebido, como recebeu há poucos dias essa associação nova que protege as vítimas da Covid e luta por recuperação, e há aqui um projeto nosso de um simples voto de solidariedade com a associação, só. O prefeito acha que ela faz um trabalho importante, que ela ajuda na recuperação, na terapia daqueles que ficaram sequelados pela Covid, que ajuda na distribuição de cestas básicas para as pessoas que não podem mais trabalhar. Está aqui, é o Requerimento nº 187/21 - número 18 na priorização de hoje. Nós vamos conseguir votar essa moção de solidariedade a uma associação que só tem recursos próprios? Não pede nada ao governo, não quer dinheiro público, não há pedido. É só um voto de solidariedade. O prefeito recebe a associação lá. E aí? Parabeniza pelo trabalho, mas e aí? Passa aqui o voto de solidariedade? Passa aqui o projeto Malu Viana? Passa aqui os que são mais realistas que o rei porque protegem o prefeito? Até porque ele não quer ser protegido. Não deixam chegar ao prefeito nem o que lhe é favorável! É inacreditável! Então é uma situação, para nós, muito delicada, constrangedora, porque as pessoas aqui querem tanto enaltecer e garantir que nada chegue ao prefeito, suas preocupações, que não deixam chegar a ele o que eles não sabem, mas ele se declarou favorável. É inacreditável. Eu encaminho, obviamente, a favor do requerimento de votação imediata do projeto Malu Viana e, aliás, poderia ser até por aclamação, é um projeto que pode ser por votação simbólica de tanta obviedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Idenir Cecchim, vereadores que estão nos assistindo agora. Que pena que os gritos do Ver. Leonel Radde não são tão altos para que as pessoas possam trabalhar, para que os artistas possam trabalhar. Eu não vejo os artistas querendo esmola, eu vejo os artistas querendo trabalho. É dicotômico o discurso da oposição que grita pelo “Fique em casa” e quer que as pessoas tenham alimentos na mesa. Como acontece? Dinheiro não cai do céu. Leonel Radde, caro vereador, o microfone expande a voz, não precisa ter tantos gritos. Isso aqui está virando demagogia. No outro mandato, nós conseguíamos votar, e eu tenho visto que o que menos nós temos feito nesta Câmara é votar, porque a oposição quer usar todos os tempos das Comunicações, todo o tempo de liderança, quer usar o encaminhamento, e é tanta fala que a gente não consegue avançar nas pautas importantes. Para tudo, se tem discussão. Veja bem que o microfone de apartes, que é para questão de ordem, para se restabelecer o que foi lincado no meio da sessão, hoje virou tribuna. E é impossível que nós possamos continuar dessa forma, Presidente Idenir Cecchim, que neste momento está presidindo os trabalhos. Nós temos que ter mais disciplina dentro deste plenário para que a gente possa avançar nas pautas. Mas eu venho dizer aqui que essa dicotomia de “Fique em casa” e que os artistas não conseguem ter alimento, é só deixar os artistas trabalharem. Nós queremos a cidade aberta, com todo o protocolo, com cuidado e distanciamento necessários, só que a oposição fala uma coisa e faz outra. E com isso, infelizmente, quem sofre é quem mais precisa, que são aqueles que eles mais dizem defender. Por isso, ao requerimento do Ver. Leonel Radde, eu voto contrário e continuo mantendo que, no número 02 da priorização de hoje, esteja presente o projeto de lei complementar que trata sobre a previdência dos servidores públicos e no número três se mantenha o programa de recuperação fiscal RecuperaPOA. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente em exercício, o colega Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que nos acompanha nesta tarde. Encaminho este requerimento para nós priorizarmos o projeto de lei voltado à cultura, à utilização dos fundos, na medida em que o requerimento foi feito pelo colega Ver. Leonel Radde. Nesse sentido, queria dizer aos

colegas vereadores e vereadoras, de modo especial à Ver.^a Nádia que disse que o colega Leonel, aos gritos, conclamava aqui a ponderação, fazia a ponderação para que o governo percebesse algo que é natural, como nós intercalarmos projetos de iniciativa de vereadores da Casa e do governo. Mas, infelizmente, a posição do governo é tão radicalizada que após o Ver. Leonel fazer o requerimento, a Ver.^a Nádia fez um outro requerimento, incluindo um outro projeto do governo. É uma ousadia tamanha de desrespeito ao plenário, de desrespeito aos vereadores, de desrespeito à Casa, porque esse assunto não foi tratado no colégio de líderes. E tem sido uma prática usual a Ver.^a Nádia fazer isso aqui, no microfone de apartes, um requerimento patrolando, desrespeitando o colégio de líderes e ao mesmo tempo querendo impor a pauta do governo, uma pauta que precariza o serviço público, desrespeita a democracia e, mais do que isso, quer colocar goela abaixo da minoria aqui na Câmara, só porque nós somos em dez, doze, esporadicamente da oposição. Quero dizer que esse projeto de lei que trata da cultura traz a inclusão de três fundos, Ver. Leonel, que V.Exa. falou muito bem, o Funcultura, o Fumpach e o Frumpoarte têm R\$ 8 milhões. Ou o governo já utilizou esse dinheiro? Ou o governo quer usar esse dinheiro para outra finalidade? O próprio governo federal, mal que foi, foi necessário criar a lei Aldir Blanc para poder transmitir os recursos a nível federal para os trabalhadores da cultura em todo o Brasil. Agora lutam pela lei Paulo Gustavo, e o governo municipal fez o que para os trabalhadores da cultura? Ex-vereador Cassio, V. Exa. que está aqui no plenário e não reconhece o direito da oposição, é um desrespeito à oposição poder intercalar projeto de lei tamanha importância que têm a arte e a cultura, os produtores da cultura, que são muitos. Posso dizer aqui, os artistas de teatro, da dança, do circo, os escritores, os artistas visuais, os produtores culturais, os artesãos, a comunidade indígena, os quilombolas, os povos tradicionais. Será que os senhores não têm nenhum apoiador nessa área? Essa área, Presidente, para concluir, tem todos os partidos e as matizes. É um desrespeito aos trabalhadores da cultura. Por favor! Vamos conversar, é isso o que nós queremos, e não patrolar como a Nádia tem feito aqui neste plenário, lamentavelmente. Ou vocês já surrupiaram esse dinheiro dos fundos? Falem a verdade aqui para nós, os trabalhadores da cultura querem saber. Isso é um programa mínimo, é um simples gesto. Os senhores querem dar R\$ 3 bilhões para os grandes empresários, e para o pessoal da cultura, nada! Lamentavelmente, para concluir, é uma decepção. Este governo encaminha para o caos, aliás, está caindo já, é só desrespeito à Câmara. E os líderes aqui do governo fazem a mesma coisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Olha, se o Ver. Oliboni e o Ver. Leonel querem realmente votar este projeto, eu acho que nós tínhamos que parar de discursar, eu faço um encaminhamento que, após os dois projetos do governo e da Mesa, seja o próximo, aí nós vamos votar. Agora, ficar acusando que desviamos dinheiro, que o governo desviou isso, desviou aquilo, acho que daí nós não vamos a lugar nenhum. Se os vereadores só querem desgastar a Câmara de Vereadores, não

querem resolver esse problema, a minha proposta é que seja o quarto então. E aí a gente vota, eu asseguro o meu voto e encaminhamento para que os demais aprovem até este projeto. Agora nós vamos ficar só no discurso a tarde inteira aqui ou nós vamos realmente, de fato, resolver esse problema dos trabalhadores da cultura? Se querem resolver, eu faço um encaminhamento para que seja o quarto projeto a ser examinado hoje.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver.^a Comandante Nádia.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Eu acho um absurdo o Ver. Oliboni, que já é velho nesta Casa, ficar dizendo que é um desrespeito ou que é manobra baixa a vice-líder do governo estar solicitando, através de requerimento, que é votado nesta Câmara de Vereadores e é algo legal, está dentro do Regimento, que é bom que o vereador possa ler novamente porque deve ter esquecido, que ele diga que é um golpe baixo ou alguma coisa do gênero. Está dentro do Regimento a solicitação que eu fiz e assim deve ser votado. Então não cabe ao Ver. Oliboni estar fazendo inferências quanto ao meu pedido. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Pois não, vereadora, certamente o seu requerimento será votado.

Vereador Jonas Reis (PT): Uma questão de ordem, Ver. Cecchim. A Comandante Nádia fala do microfone de apartes e agora usou o microfone de apartes para fazer um comentário ao encaminhamento da tribuna, e ela já tinha encaminhado. Isso fica feio, vereadora, amoral.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Utilizo esses cinco minutos aqui e vou falar num tom bem ameno porque, já que a nossa voz ecoa e incomoda, eu vou falar dessa forma, porque aqueles que pregam aqui a hipocrisia não compreendem e parece que definitivamente não compreendem que nós estamos no Parlamento. Estes agem de forma desordenada, não respeitam as organizações prévias e têm como tônica a hostilidade nesse espaço. Eu vou falar com voz amena que é para fazer entender de forma mais objetiva a solicitação, porém, eu vou fazer uma solicitação para que vocês compreendam a necessidade - eu acho que estou falando calma e pausadamente, assim fica mais fácil -, de votar a lei Malu Viana. Farei ao contrário do meu colega Leonel Radde que aqui colocou com toda a sua energia, eu coloco aqui um pouco mais de afeto porque acredito que quem toma esses espaços do Parlamento deveria ser mais respeitoso. Eu consigo refutar todas essas formas tão hostis com as quais nós somos atacados, trazendo aqui o que de fato é a necessidade real. Nós não estamos votando

aquilo que é importante porque constantemente sofremos dessas manobras. Falo novamente pausadamente para que vocês entendam, manobras obscuras e baixas utilizadas por Vossas Excelências para colocar na ordem do dia aquilo que lhes diz respeito e não aquilo que é necessidade da população. E agora, neste exato momento, solicito mais uma vez que seja inclusa, sim, na votação, hoje, a lei Malu Viana, por respeito à democracia e por respeito a toda classe dos trabalhadores da cultura. Era isso. Espero que tenham compreendido já que o tom foi modificado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde.

VEREADORA KAREN SANTOS (PCdoB): Boa tarde a todos e todas; subo a esta tribuna para encaminhar também a favor do requerimento por se tratar de uma prioridade. Nós estamos numa pandemia, isso é óbvio, mas na hora de a gente pensar as medidas que amenizam o impacto econômico, financeiro, emocional que um segmento importante da nossa cidade vem exigindo. Não é pedindo, é exigindo. Esses recursos existem, são da cultura. Deem à cultura o que é da cultura. Eu não vejo interferência na decisão do que vocês vão fazer com os recursos dos mandatos de vocês. O povo que defende a liberdade econômica tem que se posicionar porque na hora de defender que um segmento decida o que é do seu próprio segmento, aí é um silêncio completo em relação a essa interferência que está tendo por parte do Município nessa decisão. Deem à cultura o que é da cultura. Um segmento que foi o primeiro a fechar, vai ser o último a sair. Se nós estamos nessa situação de crise econômico, a interferência direta é do governo federal. São 540 mil mortes que poderiam ter sido evitadas e uma crise econômica que poderia ter sido amenizada. Inclusive esse recurso, esses R\$ 10 milhões dos fundos têm que servir para aquecer a economia da nossa cidade. Ou a nossa cidade não é à base de serviços? O preço do gás está R\$ 110,00. O preço da gasolina está mais de R\$ 6,00 o litro. É um absurdo a gente negar que o povo consiga ter acesso a meios de consumo, a ter recursos básicos, auxílio, Comandante Nádia, não é esmola. Essa concepção de que é esmola desrespeita aquilo que é direito. Nós estamos no meio de uma pandemia, as pessoas precisam sobreviver. Essa forma de tratar o povo trabalhador que paga seus impostos, que trabalha e que está sendo impedido de trabalhar muito mais por irresponsabilidade do governo federal que a senhora defende do que por falta de mérito próprio, é uma irresponsabilidade. Nós não podemos aglomerar em meio à pandemia. Óbvio que há processos em que a gente vai cedendo, vai reabrindo, vai avaliando, mas nós só não conseguimos estar numa situação melhor porque nós temos um cara completamente irresponsável que estava andando de moto neste final de semana em Porto Alegre. Tem responsabilidade aquilo que a gente defende, tem responsabilidade o voto que a gente deposita nas urnas. Se hoje nós estamos nessa situação, com certeza, não é culpa dos trabalhadores da cultura, eles têm

direito a ter recurso, eles têm direito aos fundos que estão alocados, e nós temos o dever de reaquecer a economia da nossa cidade, permitindo que esses recursos sejam utilizados por esse seguimento para conseguir uma condição melhor de sobrevivência em meio a essa crise em que a gente está vivendo. E, se depender do governo federal, não vai passar. Então, a gente tem de ter responsabilidade em relação ao que a gente está votando aqui. Isso é prioritário, vamos parar de tirar direito de servidor e vamos pensar no empreendedor, vamos pensar no autônomo, vamos pensar naquele que não vive do Estado, não é esse o discurso que vocês utilizam aqui para passarem as reformas? Agora que a gente precisa de um apoio do governo para aprovar um projeto necessário, justo, vocês vêm com essa discussão de que isso não é prioritário. O que é prioritário para vocês? Então, é essa a nossa defesa na importância desse requerimento, de a gente decidir isso agora e conseguir ter força para aprovar este projeto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais inscritos para encaminhar, coloco em votação o requerimento de autoria do ver. Leonel Radde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassiá Carpes, o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 13 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): No meu encaminhamento, Presidente, eu solicito novamente a posição do diretor legislativo da Casa com relação à pergunta que fiz: se houve ou não requerimento votado para a inclusão desse projeto na última reunião conjunta?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Houve, vereador, está registrado que houve, já esclareci com ele.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu quero dizer ao plenário que, sob o meu ponto de vista, que eu não vi o requerimento e obviamente me baseio na palavra do diretor, se o diretor disse, está dito, mas eu não vi esse requerimento e me submeto ao que diz o diretor da Casa.

Com relação ao requerimento deste momento, é óbvio que ele atropela trâmites elementares de uma boa convivência no plenário, o que não haveria nenhum problema que esse tipo de tema fosse debatido no colégio de líderes, houvesse conversa e tivéssemos, ao longo do tempo, um outro tipo de relação em plenário que não se tornasse algo que desmoraliza as próprias reuniões e até o colégio de líderes, porque, no colégio de líderes, isso não aparece, então se sabe que, depois alguém virá fazer um requerimento X para desrespeitar a ordem estabelecida lá na reunião de colégio de líderes e criar um embaraço que, no mínimo, dificulta e muito as relações no plenário. Se é verdade, como é verdade, o que o regimento permite – não foi isso o que se disse –, há algo chamado palavra, chamado honra, palavra de honra. Diz o prefeito Sebastião Melo – ele gosta de falar – que quando falta palavra numa política, falta tudo. E nisso o prefeito tem razão. E nós temos de ter a capacidade mínima de manter a palavra no plenário. Ora, se o que acertamos na reunião de colégio de líderes não vale nada para o plenário, não tem por que reunir o colégio. Se os acordos de lá não são respeitados, não têm porque existir. Fica uma situação para todos nós absolutamente incômoda, inédita nesta Casa e em qualquer Parlamento – conheço muitos e busquei a conhecer o País –, o acordo é justamente para evitar uma situação como essa em que se perdem duas, três horas, muitas vezes, duas três horas discutindo o que não foi acordado e quer ser imposto. Não foi acordado que esse projeto entraria na Ordem do Dia, não foi acordado que esse projeto entraria na sessão conjunta e ainda assim é feito, mediante requerimento de quem sabe que tem uma maioria para votar qualquer coisa. Ora, por mais que se tenha maioria e por mais que exista o Regimento, há também o acordo. E, se não há o acordo – ele não precisa ser feito, basta a matemática do plenário –, não precisa reunir os líderes, não precisa, qual é o sentido disso, qual é o significado disso? Eu fico perplexo, no meu sétimo mandado, eu tenho surpresas brutais, uma decepção muito grande porque é uma circunstância – e já estou encaminhando, já estou concluindo, Presidente – que nos deixa bastante decepcionados porque poderia ser de outra maneira.

A negativa ao requerimento anterior, do Ver. Leonel Radde, não tem o menor sentido, porque nos encaminhamentos deste requerimento, teríamos o mesmo tempo se votássemos naquele outro como projeto, o projeto Malu Viana. Agora, o que o que teremos é uma discussão em que fica completamente desmoralizado o instituto da reunião de líderes, a ideia, a tese, a teoria de que os líderes podem compor a ordem com relação às próprias divergências em plenário, o que é a nossa obrigação. A nossa obrigação é termos uma Ordem do Dia, uma pauta acordada por maioria, não precisa ser de forma unânime evidentemente, mas que se saiba o que vai acontecer. Essa forma de buscar por trás, de buscar nos bastidores sempre a maneira de colocar algo que será votado e ganho por maioria, mesmo sem ser acordado ou até rompendo acordos, não é aceitável; democrático não é obviamente. Não tem nenhum sentido que se proceda dessa forma.

Então, Presidente, fica aqui o meu encaminhamento contrário a esse requerimento e esse protesto também porque não é assim que se faz Parlamento, não é assim que se valoriza democracia; pelo contrário, isso demonstra apenas o poder da

força, apenas isso. Mas esse poder da força tem limite e o limite é maior quando mais pessoas souberem como as coisas estão acontecendo, de como as coisas ocorrem neste plenário. O limite é maior ainda quando os desacordos ou o rompimento dos acordos, contrariam até o pedido do prefeito, que é o que ocorre nesta Casa, lamentavelmente. Encaminhado contra, por óbvio, o que não foi acordado, Presidente, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de sua autoria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio. Eu quero fazer uma grande correção na fala do Ver. Pedro Ruas. Na quarta-feira passada, em colégio de líderes, esta vereadora solicitou que este projeto de lei complementar do governo sobre a previdência dos servidores públicos fosse incluído nas conjuntas e que fosse votado com prioridade na segunda-feira, em primeiro lugar. Então, Ver. Pedro Ruas, o senhor preste atenção antes de falar algo que não é correto, e eu solicito que o senhor corrija a sua fala porque foi solicitado sim. Foi o dia em que o nosso prefeito Sebastião Melo esteve na Câmara de Vereadores, eu estava presente na sala do nosso Presidente e fiz essa solicitação, tanto que o nosso diretor legislativo está confirmando. Não fique colocando palavras que não existem na minha boca, e o senhor corrija a sua fala, por favor, porque está totalmente equivocada. Houve pedido de entrada nas conjuntas e que fosse prioritário no dia de hoje. Como ele não apareceu prioritário, talvez por termos tantos projetos – é lamentável o esquecimento enfim, todas as pessoas erram –, eu fiz o pedido hoje em plenário. Mas ele foi sim, e eu gostaria de que o senhor corrigisse esse grande erro. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Só para esclarecer: foi comentado, pela Ver.^a Comandante Nádia, na presença do secretário Cassio e do Diretor, sobre a possibilidade de inclusão. Mas, na reunião de líderes, o líder do governo incluiu o Refis e Fundos, por isso que não consta, senão ele constaria -só para deixar esclarecido. Pode ter sido feito um comentário, mas o encaminhamento foi nesse sentido. Então, por isso que ele está sendo incluído assim, nesse formato de requerimento. Está esclarecido, Ver. Pedro Ruas?

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Eu fiz essa solicitação por escrito no *chat*, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): No *chat* da plenária, vereadora?

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Na reunião de líderes porque eu estava presente na de líderes e tive de sair para prestigiar a sanção da lei do Ver. Mauro Pinheiro.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O diretor está me dizendo aqui que o encaminhamento do líder do governo foi no sentido de priorizar o Refis e os Fundos; senão, ele teria sido priorizado. Houve algum ruído de comunicação.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Senão, ele não estaria nas conjuntas, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não, a senhora pediu para incluir nas conjuntas e foi incluído na conjunta, vereadora. Não tinha nem parecer.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Na conjunta e primeiro na segunda-feira.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está esclarecido; senão, não estaríamos incluindo por requerimento, ele estaria incluído na priorização, está *o.k.*? O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu não vou retificar coisíssima nenhuma. O que eu disse é que não foi acordado; não coloquei palavras na boca de ninguém. Eu não disse que a Ver.^a Nádia não pediu ou não requereu, eu não disse; o que eu disse é que não foi acordado. E Vossa Excelência está confirmando isso. Toda a Mesa sabe disso, todos os líderes sabem disso. Ao longo desses sete mandatos, dos meus 65 anos de vida, jamais coloquei palavras na boca de alguém, jamais coloquei uma inverdade na tribuna e não estou na tribuna e não vou refazer coisíssima nenhuma. Não foi votado, e Vossa Excelência está confirmando isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, eu só queria reforçar o que Vossa Excelência acabou de dizer; de fato, nós não tínhamos nem votado na quarta-feira passada ainda o projeto do Previmpa, nem votado o da alíquota. Então, nesse sentido é que o encaminhamento do Ver. Cecchim foi para os outros dois projetos e não para esse. É isso aí mesmo, e deve constar em ata.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Olhem, colegas, eu venho aqui de novo tendo de restabelecer a verdade. A Ver.^a Nádia parece aquele filho de quem a gente cobra: tu não fizeste o tema? E daí diz: “eu fiz sim”. “Então, me traz o caderno que eu quero ver”. “Não, eu fiz numa folha que deixei na escola”. Por favor, Ver.^a Nádia, vou restabelecer aqui o bom comportamento parlamentar de trabalhar em cima da seriedade. A senhora vem aqui atropelar uma organização de todos os líderes que se reúnem, debatem, constroem o consenso do que vai vir a plenário; daí ela vem aqui e atravessa. Ela gosta de atravessar o samba. Sabe aquele ritmista que não sabe acompanhar o compasso – quem é da música sabe – tem de entrar no compasso, mas ela não entra. E nós, precisando construir uma condição real de garantir alimentação para a cultura, não conseguimos porque a vereadora quer atravessar o samba no plenário. Ela tem de vir aqui; se ela não vem para cá, toda segunda-feira e quarta-feira e não faz a sua pirotecnia usual, não adianta. Então, vereadora, nós vamos encaminhar contrariamente ao seu requerimento. Uma pelo desrespeito da senhora com o colégio de líderes e outra porque tem que garantir as prioridades da cidade, não as suas prioridades, vereadora. Esta Câmara não circula no seu umbigo, esta Câmara é do povo. Por mais que a senhora não aceite, aqui há 36 vereadores e vereadoras, eleitos legitimamente, aqui é uma construção de várias ideologias, de vários partidos que estão aqui para pensar a cidade. Se a senhora não quer pensar a cidade, quer transformar isso aqui em um puxadinho do seu partido e do seu vice-prefeito, a senhora está se enganando e vai continuar a se enganar, mas nós vamos vir aqui para restabelecer a ordem. A senhora gosta de falar que é Comandante Nádia, mas isso já passou, comandante a senhora não é mais, é vereadora, e aqui a senhora tem de respeitar o mínimo do regimento, o mínimo dos acordos do republicanismo. A senhora conhece esta palavra: republicanismo, entre situação e oposição, o bom trato com as pessoas, com os partidos, a construção coletiva. A senhora, que fala tanto em bem comum, em construção do bem para a sociedade, o que faz aqui? Só atropela, a todo momento é um atropelamento. A senhora não quer construir, a senhora não gosta da democracia, a senhora não respeita Porto Alegre, a senhora desrespeita as mulheres deste plenário; a todo momento, é o requerimento A, B ou C. Para que o requerimento? Para o mundinho da Ver.^a Nádia. Ver.^a Nádia, Porto Alegre é maior do que a senhora, Porto Alegre é 1,5 milhão de habitantes. Porto Alegre tem história, e a senhora parece que aportou de paraquedas aqui na Câmara. Respeite o ordenamento, respeite a liturgia das relações parlamentares entre oposição e situação. Respeito, Ver.^a Nádia, uma palavra tão crucial; coloque-a no seu vocabulário, abandone essa coisa bolsonarista, abandone esse ódio, essa desconstrução da democracia. Por isso que nós do PT encaminhamos contrário ao seu requerimento. A senhora pode votar contra o nosso desejo? Pode, a senhora tem os votos aqui, quer cabrestear, acha que cabresteia, acha que manda nos vereadores, manda nos partidos, porque é vice-líder; a senhora não manda nada. A senhora manda, única e exclusivamente, no seu cargo de vereadora. Faça aqui conosco a boa relação, ainda há tempo de construir o bom diálogo para a cidade. Eu aposto que o prefeito Melo não bate palmas para esse seu comportamento que não é republicano, não é da ordem democrática, tanto é que eu não vejo outros vereadores fazerem esse tipo de *show* que a senhora quer fazer. Então, nós

da bancada do PT encaminhamos contrariamente em respeito à democracia, ao colégio de líderes e ao que Porto Alegre precisa. Porto Alegre não precisa de umbiguismo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, Márcio, vereadores, vereadoras e público que nos assiste pela TVCâmara, venho aqui, nesse momento de encaminhamento de requerimento... Infelizmente, a oposição, os vereadores do PT e do PSOL ficam tumultuando a sessão, já são 17h34min e não conseguimos votar nenhum projeto pelo tumulto criado pelos dois partidos de oposição que não querem trabalhar, não querem votar e ficam criando requerimento e mentindo para o povo, sim, vereador. O senhor mente, assim como mente para as pessoas que lutam pela democracia, pelos trabalhadores e pelo povo. Se vocês lutassem pelo povo e pelos trabalhadores, estariam defendendo agora os trabalhadores de Cuba que sofrem e que estão brigando por comida, porque não tem comida. É isso o que acontece. Vocês dizem que defendem os trabalhadores, vamos defender a democracia em Cuba. Agora, vem o vereador do PSOL me dizer que não se cumpre acordo. Qual foi o acordo que não foi cumprido nesta Casa pelos vereadores da base do governo e independentes? Quarta-feira passada, na reunião de líderes, a Ver.^a Comandante Nádia foi clara: "nós vamos fazer as comissões conjuntas hoje à tarde, existe o projeto do governo, projeto importante para a cidade, nós queremos aprovar, nas reuniões conjuntas, e queremos que seja votado em primeiro, na segunda-feira". Foi isso o que a vereadora falou – eu estava na reunião e lembro. O Ver. Pedro Ruas não lembra, porque nunca está presente em nada, fica lá em Eldorado do Sul, na frente de um computador, querendo comentar todos os comentários; tudo o que o vereador fala ele tem de comentar. Venha para cá, para o plenário discutir, Ver. Pedro Ruas. A Ver.^a Nádia, o que ela falou foi isso; não se rompeu nenhum acordo. Ele não entrou, o projeto, Presidente e diretor legislativo, porque não poderia colocar na Ordem do Dia antes de o aprovar nas comissões, mas ela já falou que "a intenção desta líder do governo é que se vote nas comissões hoje à tarde, e que, na segunda-feira, seja o primeiro, pela importância do projeto, antes do recesso". Foi isso o que a vereadora falou. Não se deixou de cumprir nenhum acordo. Agora, quem tumultuou e começou, hoje, a discussão por requerimentos foi o vereador do PT que quis alterar a ordem de votação. Ele descumpriu algum acordo? Não, é da vontade dele e ele tem direito a fazer, como os outros vereadores têm direito de recusar, porque está previsto no regimento; e o vereador do PT pediu para inverter, porque ele queria votar, por primeiro, um projeto que está no final da ordem do dia, da priorização, que é sobre cultura. Os vereadores que estão preocupados com a cidade, não que não estejam com a cultura, falaram que nós precisamos votar este projeto que é importante para a cidade. Então, o primeiro projeto é este que foi dito pela Ver.^a Nádia, na quarta-feira,

que era uma prioridade do Executivo. Foi isso que foi rejeitado pela maioria: o requerimento do Ver. Leonel Radde. Ele tem todo o direito de colocar, mas tumultuou a sessão, por que queria inverter, assim como a Ver.^a Nádia está pedindo para colocar em pauta o projeto que foi aprovado pelas comissões conjuntas na quarta-feira à tarde, e pede para que seja votado. A maioria dos vereadores que está preocupada com a cidade vai votar favorável, vai aprovar, Ver. Cecchim, líder do governo, porque os vereadores aqui estão preocupados com a cidade, sabem da importância desse projeto; ao contrário do PT e do PSOL que ficam tumultuando a sessão, e são quase seis horas da tarde e não conseguimos votar nenhum projeto importante para a cidade. Nós temos, sim, na próxima quinta ou sexta-feira, antes do recesso, que cumprir com a nossa tarefa, Ver. Cecchim, e fazemos sessões extraordinárias, pela manhã e pela tarde, para votarmos os projetos importantes para a cidade. Então, portanto, venho aqui defender o requerimento da Vereadora, vou votar favorável e tenho certeza de que a maioria dos vereadores assim o fará pela importância do projeto. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, as sessões são híbridas; V. Exa. determinou, e a Mesa assim decidiu. Quem é o Ver. Mauro Pinheiro, na Ordem do Dia, para dizer que eu tenho ou não de estar no plenário? Vá se enxergar vereador, vá crescer, e a Ver.^a Comandante Nádia falou, mas não houve acordo, vereador, – ouça bem –, a Mesa já disse que o Ver. Cecchim encaminhou para acordo outros dois projetos. Eu sou o líder da oposição, Ver. Mauro Pinheiro, e comigo eu sei qual foi o acordo que houve. É disso que estou falando. Vossa Excelência tem o problema de estar presente e não ver o que acontece - foi isso o que aconteceu. E se a Ver.^a Nádia manda em alguém, não é no plenário, pode ser em V. Exa., mas não no plenário, nem no colégio de líderes. Não houve esse acordo, não houve!

Vereador Leonel Radde (PT): Queria parabenizar o Mauro pela sinceridade em dizer que para ele a cultura não é um projeto relevante para a cidade. Parabéns, Mauro.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): O Ver. Mauro Pinheiro, da tribuna, fez uma intervenção desrespeitosa, totalmente sem fundamento, ao líder da oposição. Nós queremos deixar claro que esse desrespeito nós não aceitamos. O Mauro Pinheiro tem de parar de gritar, tem que saber que questão de ordem é regimental, que o Ver. Pedro Ruas tinha o direito de fazer; ele tem de parar de atuar aqui como baderneiro, isso o que ele está fazendo.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Robaina. Vamos acalmar os ânimos, por gentileza. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra

para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver^a Comandante Nádia, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, acho que nós estamos muito exaltados; agora, há muitas provocações. Eu acho, Presidente, que nós devemos fazer uma cartilha para todo mundo estudar o que é questão de ordem. Quem não fez política estudantil parece que não aprendeu. Ver. Mauro Pinheiro tem razão, não pode haver comentários, a cada fala de vereador, chamados de questão de ordem; não pode. Ver. Jonas, o senhor comece a baixar a bola, quando se referir à Ver. Comandante Nádia, o senhor tem muito o que aprender com ela, inclusive respeito ou principalmente respeito. Eu até acho, Ver.^a Comandante Nádia, que esse pessoal todo queria ser militar, porque esse pessoal que defende ditaduras gostaria de ter sido militar. O Ver. Jonas é meu amigo, eu gosto de conversar com ele, ele é um jovem, mas acho que todos nós, Ver. Oliboni, Ver. Pedro Ruas, que somos mais velhos aqui, velhos em idade e também em parlamento, vamos ter de passar uma régua, para que parem com essas loucuras. Não podemos ficar brigando entre colegas. Aqui todo mundo tem o direito, e o Ver. Mauro fez muito bem, didática e tecnicamente, não a defesa, mas o esclarecimento da verdade. Ele até defendeu o Ver. Leonel Radde, dizendo que ele tinha o direito de fazer isso; ele não disse que não era prioridade. Quando se perde na votação, não quer dizer que não seja prioritário. Aa maioria tem de ser respeitada; a minoria perde, mas eu respeito a minoria quando perde. Ver.^a Comandante Nádia, V. Exa. falou a verdade, o que tinha que dizer, só que tem mais uma lição que nós precisamos trazer aqui para esta Casa. Eu estudei direito até o sétimo semestre, mas os vereadores colegas que são advogados sabem que tem uma cadeira chamada hermenêutica. Por favor, estudem hermenêutica! Se não sabem o que é hermenêutica, é interpretação de texto. Vamos interpretar o que os outros falam, o que os outros escrevem e não vamos inventar. Chega de inventar! Ver. Jonas, V. Exa. usa a palavra pirotecnia; e pirotecnia é o que se viu agora há pouco. Essas questões de ordens são pirotecnias, e eu gostaria que se fizesse questão de ordem quando for questão de ordem; vamos nos ajudar, todo mundo aqui. Se nós fizermos as coisas como devem ser, certas, como manda o regimento, nós vamos render muito mais, e a população, ali fora, que está assistindo, vai nos aplaudir e não nos atacar. É nós que temos de fazer isso, somos todos nós, e nós vamos fazer, eu tenho esperança. Aqui as pessoas são de bem, e nós vamos ter de votar de acordo com a consciência, de acordo com o coração, com muita educação e com muito respeito - Ver.^a Cláudia Araújo, que está escutando atentamente. Então, acho que é melhor continuarmos com essa votação do requerimento. Ver.^a Comandante Nádia, V. Exa. fez o que o regimento permite; agora, quem perde por antecipação é quem fica lhe ofendendo, mas não se preocupe, V. Exa. tem mais luz, estrada e tamanho para seguir. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver^a Comandante Nádia.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; Presidente, quero que V. Exa. preste bem atenção. O senhor tem de comandar esta Casa, V. Exa. não está comandando esta Casa. Eu votei para V. Exa. comandar – isso aqui virou uma bagunça. Na realidade, V. Exa. tem de usar todas suas prerrogativas para não deixar ofensas, como as que estão acontecendo aqui, denegrir a imagem da Câmara, embora muitos não gostem desse termo. Eu peço a V. Exa. que, de agora em diante, use todas suas prerrogativas, bote organização nesse plenário. Nós estamos perdendo tempo, tendo desgastes, brigas, confusões, e V. Exa. tomando mate. O senhor tem de comandar este plenário, é o que lhe peço com a maior tranquilidade. V. Exa. foi eleito pela maioria da Casa para comandar, e V. Exa., no meu entender, desculpe, não está comandando, está virando uma Câmara de bate-boca - não de votação, não de plenário - , de discussão aleatória dos projetos que estão nesta Casa. Peço com a maior satisfação – sei que V.Exa. pode comandar esta Casa, mas até o momento não está comandando. O senhor tem de usar todas as prerrogativas de Presidente, porque aqui não estamos votando mais, só nos agredindo, fazendo debates que não trazem proveito a esta Casa. Consequentemente, eu lhe peço, de coração, não é uma crítica ofensiva, mas sim uma crítica construtiva, para que V.Exa. comande, porque o senhor foi eleito para comandar e organizar esta Casa e fazer votar os projetos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, eu quero corroborar a fala do Ver. Cassiá, que muito me representa, enquanto líder da bancada do NOVO. Quero que faça as dele, minhas palavras também: é preciso de maior comando nesta Casa. Muito obrigado.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Presidente, também corroboro as palavras do Ver. Cassiá Carpes, inclusive diversos vereadores aqui, 19 vereadores desta Casa fizeram um requerimento ao senhor, como Presidente, para que explicasse as medidas preventivas tomadas para evitar que esta Casa fosse cercada por manifestantes e os vereadores não pudessem ingressar em plenário. E até agora não tivemos resposta. Questão de ordem aqui virou artigo do mimimi.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Presidente, corroboro com as palavras do Ver. Cassiá e dos colegas que vieram antes de mim e desejo profundamente que, além de ser respeitado o tempo cronometrado de fala dos colegas, o que a gente tem visto que não tem sido respeitado, pois alguns falam infinitamente, nós viemos aqui pedir também: a questão de ordem não pode ser... Toda a vez que o Ver. Pedro Ruas

quer comentar a fala de alguém ele chama a questão de ordem; ele virou comentarista da Casa. Deixo aqui a minha solicitação ao senhor. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Fernanda Barth. Vereador Aldacir Oliboni, questão de ordem?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, o debate não pode ser igual para os desiguais num processo democrático. Eles jamais vão concordar com os encaminhamentos nossos, nem mesmo com o que o Regimento preconiza. Vossa Excelência está cumprindo o Regimento. Eles sempre tentaram fazer o encaminhamento que eles quiseram, e hoje porque há um debate mais amplo, eles estão preocupados, radicalizando. Então nós, do PT, temos certeza absoluta de que V. Exa., bem como a Diretoria Legislativa, estão cumprindo o Regimento, é isso que está acontecendo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Ver. Pedro Ruas, questão de ordem?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, só para comentar: não é possível que a Ver.^a Fernanda Barth faça esse tipo de comentário sobre questão de ordem dizendo que não quer questão de ordem. Inacreditável.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador Jonas Reis, questão de ordem?

Vereador Jonas Reis (PT): Vereador Bins Ely, Presidente, tem a minha solidariedade, conduz bem os processos, não concordo com a exposição do Ver. Cassiá.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Jonas Reis.

Vereador Alvon Medina (REP): Nobre Presidente, me somo também ao Cassiá: está faltando a gente tomar atitude, e questão de ordem não tem nada a ver com a discussão que está acontecendo na nossa Casa. Em respeito aos 36 vereadores da nossa Casa, eu também me somo ao Cassiá e aos demais vereadores. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Alvon Medina. Vereadora Daiana Santos.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Presidente, venho aqui, em o nome da bancada do PCdoB, falar que é um desrespeito com o nosso líder da oposição, e que acho que sim, todo mundo deve saber ao certo o que é uma questão de ordem, mas isso deve ser igual para todos e não para alguns, e aqui infelizmente a gente está sendo constantemente atropelado pelo desrespeito e pela imposição daqueles que só se

utilizam da palavra quando é a seu favor, quando é para a oposição agem de forma descabida, desrespeitosa e totalmente fora daquilo que a gente espera de um espaço democrático onde 36 vereadores - e aí ressaltou o que o Ver. Jonas Reis falou da tribuna - foram eleitos de forma democrática e estão aqui legitimamente. Isso é um desrespeito com todos nós.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Daiana. Mais algum vereador inscrito em questão de ordem? (Pausa.) O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Presidente, penso que o que está acontecendo nesta tarde... Várias falas expressam na verdade uma tendência crescente dentro da base governista. Eu não creio que são todos os vereadores que se enquadram nessa lógica, mas uma tendência que se desenvolve a cada discussão que a gente faz aqui neste plenário, de um pensamento autoritário. É isso o que a gente está vendo, um pensamento autoritário tentando dirigir o rumo do debate numa Casa que era para ser uma Casa de representação, uma Casa que era para ser um espaço democrático onde se expressam o conjunto das vozes da cidade, não só aquela que foi eleita no Executivo. O Executivo é um tipo de poder, o Legislativo é outro, tem outras funções, e aqui há uma confusão generalizada. Vejo a postura da liderança do governo, principalmente da vice-liderança, não se comporta como uma liderança do Parlamento, é praticamente do secretariado. Talvez seja isso que a vereadora gostaria de ser, porque não dialoga com conjunto da Casa, bem pelo contrário, é a primeira a desrespeitar os vereadores aqui, com *fake news*, com desinformação. Vejam só, na última sessão, na quarta-feira, vários vereadores desta Casa viram, nós solicitamos as imagens, houve quebra de decoro parlamentar aqui: enquanto uma vereadora dessa Casa falava foi alvo de xingamento, e isso aconteceu na semana passada. A liderança do governo vai permitir o andamento do debate com esse tipo de argumentação? Aí vem o Ver. Mauro Pinheiro aqui para esta tribuna e desrespeita profundamente o líder da oposição. E não é a primeira vez, esta fala que ele fez hoje está sendo repetida há várias sessões. Logo depois sobe na tribuna o Ver. Cecchim, líder do governo, com o qual por várias vezes dialogamos neste ano, e endossa a fala dele. O desrespeito parece que é a regra aqui, mas nós não vamos deixar que esse tipo de pensamento autoritário se imponha sobre esta Casa. Aqui, é bom lembrar, já que falaram em militares nesta tribuna, além de uma Casa de representação, um Parlamento, também é um ambiente civil – ninguém é comandante de ninguém aqui, aqui não importa a patente de ninguém. Aqui é uma Casa civil onde as representações, eleitas pelo povo, têm o direito de se expressar. Esse autoritarismo que dominou a política nacional com milhares de militares da ativa, da reserva, ditando as leis na política brasileira com o pensamento cada vez mais conservador, aqui dentro não vamos deixar que se imponha. Aqui é todo mundo vereador, igual a todo mundo, ninguém é comandante de ninguém, não vou chamar ninguém de comandante aqui. Quero dizer que quem também deve se posicionar sobre

o andamento dos debates nesta Casa é o prefeito Sebastião Melo, porque aqui na Câmara de Vereadores, até o momento, quem está desorganizando o andamento da discussão política é a liderança do governo, principalmente a vice-liderança do governo. Quem está propondo requerimento para desorganizar a Ordem do Dia que é debatida no colégio de líderes é a vice-liderança do governo, não é a oposição. Nós estamos aqui apresentando discussões, debates políticos que vocês não têm coragem de encarar, porque sete meses de governo e nenhuma medida proposta para combater os efeitos da pandemia. A gente coloca uma discussão que não é só da oposição inclusive, tem mais vereadores agregados neste debate para usar o dinheiro dos fundos da cultura que estão parados neste momento nos cofres públicos, e é rejeitado, sequer debatido. Milhares de pessoas envolvidas nessa discussão, impacto econômico, um monte de questões para a gente estar debatendo aqui, e nada se discute. Então nós não vamos permitir que este pensamento autoritário se imponha nos debates do Legislativo, não vamos permitir, de forma alguma. Nós vamos lutar, como temos feito nas ruas, inclusive, contra o crescimento dessa tendência autoritária de desrespeito, de violência política que aqui na Câmara de Vereadores não vai se criar.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCE nº 018/20 por uma sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos apreciar primeiro o requerimento de autoria da Ver^a Comandante Nádia, depois apreciamos o adiamento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Daiana Santos, o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Esse é o requerimento, diretor, que nem no governo tem acordo, foi pedido agora o adiamento da votação. Votei "não".

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito à Diretoria Legislativa que proceda a verificação de quórum solicitada pelo Ver. Jonas Reis.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0368/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/21, de autoria da Mesa Diretora, que altera o *caput* do art. 4º, o art. 5º, o *caput* do art. 10 e o *caput* do art. 12, inclui inc. IV e § 4º no art. 4º, inc. V no art. 9º e parágrafo único no art. 12, e revoga os incs. I e II e o parágrafo único do art. 10, todos na Resolução nº 1.559, de 22 de agosto de 2001, e alterações posteriores, criando 28 postos de estágio extracurricular para estudantes do ensino superior no âmbito da Câmara Municipal de Porto Alegre, com vigência até 31 de dezembro de 2022, e dando outras providências. **(SEI 011.00012/2021-66)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Mauro Zacher: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Mesa Diretora;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-07-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Em discussão o PR nº 018/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão, a Mesa Diretora teve uma iniciativa de criar 28 espaços para estágio na Câmara Municipal de Porto Alegre, e nós sabemos o quanto é importante oportunizar aos jovens uma cultura extracurricular, na medida em que eles estão se formando ou fazendo universidade, e aqui os gabinetes e a Casa, como as bancadas, tiveram oportunidade de fazer a opção de qual profissão pretendiam, se queriam estagiário de Direito, de Publicidade, enfim, diversas faculdades que cada cidadão e cidadã acaba optando pelo percurso da sua vida, e a Câmara Municipal sinaliza com gesto positivo, eu diria. Nós, da bancada do PT, somos favoráveis à possibilidade real e concreta, e seria muito importante que o governo também pudesse criar programas específicos para incluir os estagiários, ou incluir uma infinidade de cidadãos e cidadãs estudantes que estão buscando o mercado de trabalho. Por que isso? Porque nós percebemos que a maior parte das empresas pede experiência profissional, e quando o cidadão oferece o

currículo e não tem nenhum tipo de experiência, dificilmente vai conseguir competir no mercado de trabalho. Não vai ser diferente na Câmara. É claro que aqui tem uma peculiaridade, porque se trata de uma instituição pública, e na iniciativa privada é bem diferente. Mas nós sabemos também que alguns pediram alunos de economia, jornalismo, publicidade, direito, assistência social, então é neste sentido que eu quero dizer, em nome da bancada do PT, que nós saudamos a iniciativa, até porque vão cumprir horário, não são politicamente identificados, são pessoas que passarão por concurso público pela Casa, e nós, numa ideia de isenção, estaremos optando por mais um profissional na área que ora cada gabinete, cada Bancada, cada departamento da Casa optou. Isso é um apoio, creio eu, aos estudantes, aos formandos, e acima de tudo, à geração de emprego. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PR nº 018/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, mais uma vez. Senhoras vereadoras e senhores vereadores, seria teoricamente muito fácil nós votarmos esse projeto para 28 estagiários. Eu vou votar "não", e se ganhar o "sim" eu respeito, mas não vou querer nenhum estagiário. Não existe lugar no gabinete para botar mais um estagiário. Vamos ver ser sinceros, não existe lugar! Então é uma loucura desta Casa neste momento da pandemia, respeitando esta peculiaridade que o Ver. Oliboni colocou, de jovens que precisam aprender, mas neste momento, às vezes nem eles querem correr riscos, poderíamos esperar para o ano que vem, com uma situação melhor da pandemia, que já é bem melhor, mas ainda não é suportável numa questão que nós precisamos vacinar ainda mais gente. Por mais que Porto Alegre seja a capital que mais vacinou, nós não podemos correr riscos. Assim é liberar o futebol. Vamos correr riscos de graça? Por quê? Se a Federação de Futebol e o Grêmio e o Inter assinarem embaixo, eu sou até capaz de votar, mas colocar a Câmara numa situação de pressão, não. Mas voltando ao caso: vou votar "não" pelo momento, nada contra essa garotada que realmente precisa de uma oportunidade. Nestas circunstâncias pode não ser oportunidade, porque muitos não poderão estar aqui lotando os gabinetes. Nós mesmos já estamos em atendimento remoto virtual, e presencial, quem quer vem, quem quer fica em casa, nós estamos nos dividindo entre metade e metade. Então entendo que não é o momento. A oportunidade vai chegar, mas esse não é o momento. Por isso votarei contra, não vou querer, por mais que o "sim" ganhe, nenhum estagiário no meu gabinete. Até porque não tem lugar para ele sentar. É essa a minha opinião, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PR nº 018/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Márcio Bins Ely, meus caros colegas, até mesmo antes aqui da vinda do Ver. Oliboni ao plenário, conversando com os colegas a respeito desta proposta, uma das justificativas que aparecem é que nós devemos criar oportunidades aos jovens para que eles possam vir aqui à Câmara trabalhar nos gabinetes, e, portanto, trilhar um caminho profissional já com foco em uma experiência vivida, que é muito rica, diga-se de passagem, como é o Parlamento. Acontece que este Parlamento deve criar oportunidade para os jovens legislando a favor do empreendedorismo na cidade, tirando amarras e empecilhos para que empresas e entidades aqui se instalem, gerem emprego e renda, e aí sim quem sabe, fazer com que esses jovens não queiram ir para os grandes centros do País, São Paulo ou Rio de Janeiro, ou até para fora do País para poder trabalhar na sua área, com sua vocação, com seu dom, buscando sua felicidade através do trabalho. É desta forma que a Câmara de Vereadores pode e deve contribuir para que os jovens tenham uma oportunidade de trabalho, experiência profissional. O projeto que está sendo colocado aqui hoje, e faço questão de fazer aqui uma lembrança: quando o Ver. Mauro Pinheiro era Presidente desta Casa em 2015, se não me falha a memória, já se chegou a um consenso sobre esse tema. Através das restrições aventadas, à época, pelo Ministério Público do Trabalho, a relação de estagiários com os gabinetes não é a legalmente adequada. A ligação que ocorre é uma relação política, e, portanto, naquela oportunidade o presidente da Câmara de Vereadores, Ver. Mauro Pinheiro, em acordo com o Ministério Público, fez a extinção de dois cargos de estagiários para criar um CC, um cargo de nível médio. Então os vereadores que hoje têm o seu gabinete completo, um daqueles cargos de nível médio já é criado devido à extinção das duas vagas de estagiários que existiam até 2015. Então esse assunto já está acordado. Requentar este tema depois de muitos anos para que a gente venha aqui, e aí veja bem, a proposta não é extinguir CC de nível médio para colocar duas vagas de estágio. Não, é manter o CC de nível médio que foi criado em 2015 para compensar a falta de dois estagiários e criar mais duas vagas de estágio, e o impacto no bolso do porto-alegrense, no bolso do cidadão que paga por essa estrutura toda aqui chega a um milhão de reais por ano, e isso está na justificativa da própria proposta. Então, sem brigas, sem combates fervorosos, acho que não é essa a questão que está se levantando, mas sim um chamado à consciência de todos nós: é o momento adequado para a Câmara de Vereadores criar uma despesa de um milhão de reais por ano quando nós estamos discutindo neste momento a retomada da economia da cidade, as possibilidades aqui, muitos partidos de esquerda especialmente falam de auxílio isso, benefício isso, privilégio isso, mas, de onde saem esses recursos? A Câmara de Vereadores - e isso todas as gestões e presidentes recentes - devolve uma grande fortuna por ano para a Prefeitura, e este recurso, este sim, é empregado diretamente a serviço da população: vai para zeladoria da cidade, vai para a saúde, vai para a educação. Agora, se nós aprovarmos a criação dessas 28 vagas de estágio, retirando um milhão de reais, pode avisar o prefeito Sebastião Melo: lá no final do ano quando for retomado o recurso que vem para Câmara e vai para Executivo de novo, vai vir menos um milhão. Então a gente precisa aqui, de forma muito sensata colocar os pés no chão, pensar com tranquilidade, verificar se esse

é o melhor momento para isso, verificar se não existem outras formas de podermos auxiliar não apenas 28 jovens, mas milhares de jovens. Certamente, se nós aqui nos empenhássemos e tivéssemos sessões mais produtivas, sessões onde tivéssemos diligência, capacidade de votação e de projetos, estaríamos auxiliando muito mais, não 28 jovens, mas milhares e milhares de jovens da nossa cidade. Portanto aqui, de forma muito respeitosa, encaminho que votarei contrário a esta proposta da Mesa Diretora e peço a reflexão dos colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PR nº 018/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Quero cumprimentar os colegas e o público que nos assiste e fazer uma fala mais sucinta com relação a este tema, embora eu entenda a posição de cada um e respeite a posição de cada parlamentar neste tópico, acho importante a gente trazer para o debate dois elementos que são bastante relevantes do ponto de vista ideológico. Não vejo que há ilegalidade nesta matéria, não vejo que há algum trâmite irregular, mas acho que é um debate interessante para fazermos no mérito. Nós estamos no meio de uma pandemia onde o setor privado, autônomos e milhões de desempregados estão sofrendo, o setor público não sofreu como o setor privado e nós estamos fazendo uma sinalização com este projeto que me parece bastante equivocada, de fazer a criação de diversos cargos, dezenas de cargos, implicando um custo que será gasto, embora o orçamento da Câmara não mude, esse custo será aumentado, a despesa realizada será de mais de um milhão, e nós efetivamente utilizaremos isso para finalidades que talvez os pagadores de impostos não compreendam, já que todo mundo está encurtando suas despesas, fazendo enxugamento, e aqui nós estamos ampliando. Em algumas falas dos colegas com quem eu pude conversar, e de quem respeitosa e divirjo, há nesse projeto a justificativa da criação de empregos, e aí eu me lembrei de uma história de quando o economista Milton Friedman foi à China e, passando por uma grande obra pública chinesa ele viu diversos trabalhadores com pás e picaretas e foi perguntar para o gerente daquela obra o que estava acontecendo, que lhe falou: "Olha, isso é um programa governamental de geração de empregos". Eis que o economista então respondeu: "Ué, mas se é para gerar empregos, porque estão com pás e picaretas? Deem-lhes colheres, afinal de contas vão gerar muito mais empregos desta forma". Esta é a lógica que estamos vendo aqui. Não cabe ao governo gerar emprego. Quem gera emprego é o empreendedor, é o mercado, ao governo cabe reduzir impostos, reduzir amarras, reduzir burocracia para que a gente possa ter uma economia mais próspera, e aí sim, se aumenta o emprego. Então está equivocado, na minha opinião, e respeito a divergência, por isso trago posição do NOVO que é contrária a essa matéria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PR nº 018/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhores vereadores, senhor presidente, telespectadores da TV Câmara, somos 36 vereadores nesta Casa que representamos um milhão e meio de porto-alegrenses e cada um de nós tem as suas convicções, as suas posições ideológicas, e na grande maioria das vezes certos grupos convergem nas votações, outras vezes, não. Como lancei aqui a Frente Parlamentar de Oportunidades para os Jovens, e foi a minha plataforma de campanha ajudar os jovens, ensinar o jovem a abrir uma empresa, a se comportar numa entrevista, a buscar o supletivo de 1º e de 2º graus, de entrar na universidade. Nós temos que dar oportunidade para todos! Enquanto os mais abastados, os mais ricos estudam nas melhores escolas particulares, aqueles com mais dificuldades têm que comer a merenda da escola pública e enfrentar a greve dos professores, pegar o ônibus e enfrentar todas as dificuldades. Comecei a trabalhar com 14 anos como auxiliar de serviços gerais, fui estagiário da Secretaria da Fazenda. Imaginem vocês quantos jovens estão esperando uma oportunidade! E digo mais: eu tenho moral, eu devolvo 100% da verba de gabinete, mas vou votar a favor dos estagiários porque os jovens têm que ter oportunidade, e esta Casa tem que fazer o seu papel e ajudar a incentivar os nossos jovens, principalmente os mais humildes. Nós vamos respeitar aqui os princípios do que norteiam a administração pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, e esta Casa está fazendo o seu papel. Parabéns à Mesa Diretora, parabéns aos senhores vereadores que, tenho certeza, vão votar favoravelmente a este projeto que vai incentivar os nossos jovens a ingressar no mercado de trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PR nº 018/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, vereadores, vereadoras, eu fui estagiária, e naquela época encontrar um estágio era muito difícil, a oportunidade de uma primeira experiência de trabalho numa capital. Acredito que nós estaremos oportunizando a estes jovens o primeiro emprego, oportunizando conhecer um pouco mais do que é um Parlamento, como funciona um mandato, da parte administrativa, enfim, praticando o que estão estudando em suas faculdades, em seus colégios, e a responsabilidade de ter que cumprir as determinações, o cumprimento do trabalho em si. Vejo que o custo é um benefício a estes que vão disputar essas vagas para o futuro. Estaremos incluindo essas pessoas embora com o valor abaixo até do salário mínimo, mas é uma responsabilidade que estarão desenvolvendo, que estarão conhecendo. Cabe a nós, que tivermos estagiários, orientá-los, repassar as devidas tarefas. Se gasta tanto em tantas outras coisas, e incluir o jovem no seu primeiro emprego, que sairá com experiência, dependendo da atividade que for

desenvolver. E nós estaremos fazendo um bem numa crise tão difícil, e hoje temos tantas pessoas desempregadas, e não é só na periferia. Nós temos pessoas desempregadas, pessoas que tinham os seus próprios negócios, que tiveram que fechar. E agora estamos começando a respirar, começando a nos levantar, então, vamos dar oportunidade, na minha avaliação, para esses jovens. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra, para discutir o PR nº 018/21.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Sr. Presidente, público que nos acompanha pela TV Câmara e demais meios de comunicação; eu me inscrevi aqui, primeiro, para parabenizar a Mesa que apresentou esse projeto pelo simples fato de que nós vivemos num País onde a maioria da nossa juventude não tem oportunidades. Não tem oportunidades. E aqui não coloco tão somente a oportunidade de trabalho, mas a oportunidade do aprendizado. O estágio não existe para suprir mão de obra, o estágio é para oportunizar ao estudante adquirir conhecimento nessas mais diversas áreas e conhecer, ter um aprendizado. E ter estudantes que conheçam a estrutura do funcionamento do Legislativo; que conheçam a estrutura do funcionamento do Estado já durante o seu processo do ensino médio, do ensino superior, é fundamental. Nós não podemos aqui é começar a suprimir todas as oportunidades e possibilidades em nome do mercado. O mercado, ele regula, mas não regula tudo. Então, a oportunidade para jovens estudantes poderem exercitar, conhecer na prática como funciona o Parlamento, como funciona o Estado, é um direito, e nós temos a obrigação de garantir isso. Eu fui estagiária durante a faculdade, fui estagiária durante o ensino médio, quando fiz técnico em contabilidade e pude ser estagiária, e fui estagiária na universidade. Fui estagiária na Prefeitura, na Secretaria de Planejamento e na Secretaria de Habitação, e quero dizer que tudo que aprendi sobre regularização fundiária e diversos outros temas, aprendi já no estágio, que é básico para formar profissionais competentes, para formar profissionais que saibam como funciona o Estado, que saibam para que serve um Parlamento. Hoje, nós temos vereadores aqui, que parece que não sabe para o que serve o Parlamento! Talvez, se tivesse estagiado na Câmara de Vereadores, hoje pudesse atuar com mais compromisso. Quero dizer que nós somos favoráveis, sou favorável a esse projeto. Têm problemas de segurança, nós vivemos numa pandemia, mas todos nós temos a oportunidade de trabalhar em *home office*, e essa juventude, esses estudantes podem vir, inclusive, com muita contribuição nesse processo. E quiçá, enfim, custa R\$ 1 milhão para os cofres públicos nós termos 28 jovens estagiários? Quem sabe a gente para de dar tanta isenção, perdão de dívidas para empresários, às vezes para grandes empresários e dá oportunidade para a nossa juventude, para os nossos estudantes e estudantas. Presidente, Márcio Bins Ely, eu quero aqui manifestar o meu acordo com esse projeto e dizer que viva a nossa juventude. Viva nossos estudantes! Vamos permitir que eles entrem nesta Casa e conheçam a estrutura, que conheçam como se elabora um

projeto de lei, como transita e como os recursos públicos são aplicados, porque tudo passa por aqui. Sou absolutamente favorável, muito obrigada, e vamos defender os nossos estudantes, a nossa juventude.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PR nº 018/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa noite, não vou usar todos os cinco minutos. Quero saudar todos que estão acompanhando a Sessão. É importante de a gente fazer a discussão à luz da sociedade sobre essa proposição da Mesa. O PSDB não tem nenhuma decisão coletiva, nem fechada, então, todos os vereadores vão se posicionar conforme as suas convicções sobre o projeto. Ouvi atentamente o nosso colega, Ver. Ramiro, que já tinha antecipado o seu posicionamento; estava conversando há pouco com o Ver. Kaká D'Ávila, que é um defensor da geração de emprego e renda em todos os níveis da cidade; também estamos conversando, eu e o Ver. Gilson Padeiro, que tem uma preocupação com o voto. Os meus argumentos, Presidente Márcio, são de ordens até diferentes, eu sou defensor de que nós temos que ter coerência com os nossos posicionamentos. Então, por coerência, em primeiro lugar, meu posicionamento não poderia ser contrário, pois sou a favor de dar oportunidade aos estudantes. Eu fui estagiário e aprendi muito como estagiário; fui estagiário de alguns órgãos públicos, também fui estagiário na iniciativa privada, então, por coerência, tendo testemunhado a importância, naquele momento, para mim, porque hoje o mercado de trabalho exige uma primeira experiência, e estágio é muito importante neste momento. No momento, para o jovem, mesmo que não seja naquela função que está, que ele tenha a experiência profissional, que ele tenha a experiência com a questão do comando, da colaboração, da responsabilidade profissional. E o outro motivo, bem simples, é que vi a construção da Mesa Diretora, dos vereadores debruçados, inclusive, em fazer todo esse processo de maneira que vai demorar um pouco mais de tempo. Então, não colidirá, nós não vamos amanhã, se for aprovado o projeto, trazer os estagiários para desenvolverem os seus trabalhos. A gente tem que avaliar, autorizar a Mesa Diretora e o Legislativo, para que seja dado o *start* no processo. A gente acredita, e eu acredito, que com o adiantar das vacinações, a gente vai ter uma condição muito melhor, nos próximos meses, para acolher, caso o projeto seja aprovado.

É importante dizer que este motivo me leva também a confiar no zelo. E também nos critérios de coerência dos vereadores que disseram já "Olha, mesmo que seja aprovado, não vou querer, enfim". Espero que se repita, que cada um tenha o seu critério. Eu e a Malucos do Bem, por exemplo, temos muito trabalho, seria muito importante a gente dar oportunidade e ter, sim, algum estagiário para dividir esse momento importante, que eu já citei, a carga de trabalho que a gente tem lá na

representação do nosso mandato junto às comunidades, os projetos do terceiro setor. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PR nº 018/21.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Respeitando o Ver. Mauro Zacher, que vai falar agora, solicito prorrogação da sessão por duas horas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que solicita a prorrogação da Sessão por mais duas horas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Solicito adiamento da discussão do PR nº 018/21, por uma Sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esse requerimento será apreciado após o pronunciamento do Ver. Mauro Zacher, que já estava inscrito para discutir a matéria. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra, para discutir o PR nº 018/21.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, eu quero aqui manifestar a minha posição, quero dizer que a posição da nossa Mesa Diretora, presidida por V. Exa., toma a medida acertada, não é uma medida inconsequente, muito pelo contrário. A Casa aqui tem tido, ao longo das últimas gestões, uma grande responsabilidade, tem sido austera, tem, efetivamente, feito cortes essenciais e garantido com que a nossa gestão seja um exemplo para o País. Nós aqui, todo o final de ano, muito bem lembrado por outros vereadores que me antecederam na tribuna, tem sido uma Casa que pode devolver recursos que têm sido essenciais para que os prefeitos possam fechar as suas contas no final do ano. A possibilidade de abrir vagas de estágio é a possibilidade de nós criarmos uma oportunidade para jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho; jovens que buscam uma oportunidade, jovens que buscam o aperfeiçoamento das suas futuras profissões, ou dos seus estudos que estão fazendo na universidade ou ainda no ensino médio. De maneira muito transparente, é importante que a população que esteja nos acompanhando. Primeiro, que nenhum vereador é obrigado a dar estágio - eu mesmo vou repensar se tenho função e atividade para um estagiário - e se tiver, vou usar os trâmites legais, que é a escolha, é a capacidade, através de uma seleção que esses jovens ingressarão aqui dentro da Câmara de Vereadores. Evidentemente, para alguns, isso, poder oferecer uma oportunidade, um estágio com contrato, com um mínimo de garantia, uma grande oportunidade, chega a

ser uma ofensa num mundo que nós vivemos hoje da uberização. Uma vez que para alguns, encontrar jovens andando de bicicleta, fazendo entregas, esse é o modelo de trabalho para alguns. Para nós, não. Nós entendemos que a formalidade, as garantias são também importantes. E para aqueles que citaram a economia, como esta Casa deveria se debruçar em alternativas e possibilidades de que a nossa economia venha crescer, renda também é crescimento. Aliás, um dos vetores que faz o crescimento é, justamente, o consumo para aqueles que não têm a clareza de como a economia possa crescer. Esse conjunto de possibilidades, primeiro, de que nós estamos criando vagas para estágios, que o vereador pode ou não requerer, é uma decisão dele. E, se por ventura decidir e entender que tem necessidade, esse jovem que irá ingressar no gabinete do vereador, será através de uma seleção pública, transparente, em que não haverá indicação política. Quero aqui me referir à decisão acertada da nossa Mesa Diretora, que tem feito um belo trabalho. Aliás, tem reproduzido, Presidente Márcio, meu colega de partido, uma sequência de belas gestões, sempre no aprimoramento, na busca pela transparência, dos investimentos corretos, e que devolveu recursos para todos os prefeitos que passaram aqui pela nossa Prefeitura, porque estamos fazendo o dever de casa e um exemplo para cidade. Então, quero aqui manifestar o meu apoio, dizer que a Câmara está oferecendo uma oportunidade para jovens que estão na universidade, que estão no ensino médio, podendo assim ingressar numa grande instituição, que é a nossa Câmara de Vereadores, que é, sem dúvida, uma grande oportunidade para esses jovens que estão, muitos deles, com muitas dificuldades de conseguir emprego. E um estágio aqui, com certeza, pode complementar a renda de muitas famílias. Além disso é uma oportunidade que eles terão aqui de trabalhar nesta Casa, conhecendo realmente o dia a dia e os nossos desafios. Presidente, eu quero dizer que nós manifestamos, na nossa bancada, nosso partido, apoio ao projeto, no entendimento de que isso pode, sim, não apenas melhorar e qualificar os nossos serviços aqui na Casa, porque teremos mais pessoas para poder ocupar espaços da Câmara e nos gabinetes que estão, por ventura, em desacordo com a sua necessidade, e que nós possamos aqui oferecer oportunidade para muitos jovens, muitos não, mas alguns que poderão ser selecionados para que tenham essa oportunidade de trabalhar na Câmara de Vereadores. Por isso eu quero aqui reforçar o entendimento que o que nós temos que rechaçar, o que nós temos que reavaliar no nosso País é justamente a uberização do mercado de trabalho, que tem tirado jovens, muitas vezes, da formalidade, no ímpeto de uma narrativa que se construiu de jovens empreendedores, que acabam sendo trabalhadores sem nenhum tipo de direito, sem nenhum tipo de garantia, que são os aplicativos que estão aí, oferecendo uma série de vagas a muitos jovens. Por isso faço uma reflexão e quero, na próxima quarta-feira, voltar a este assunto. É importante que esta Casa se debruce neste tema tão importante que são as mudanças que o mundo do trabalho tem nos imposto. Presidente Márcio, manifesto aqui o nosso apoio na certeza de que a nossa Mesa Diretora está fazendo um belo trabalho, transparente, com os compromissos com a gestão aqui da nossa Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**, 05 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. Está adiada a discussão do PR nº 018/21, por uma sessão.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0379/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 018/20, que altera o artigo 21, a denominação da seção I do Capítulo III, o § 3º do artigo 31, o artigo 32, o artigo 33, o *caput* e §§ 1º e 4º do artigo 34, o *caput* do artigo 36, o § 5º do artigo 37-A, o *caput* e § 1º do artigo 63, o § 1º do artigo 64, o *caput* do artigo 80, o inciso XVI do artigo 96, o artigo 124, inclui os §§ 2º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 no artigo 34, o § 2º no artigo 36, o inciso III no § 4º e os §§ 6º a 11 no artigo 37-A, o § 2º no artigo 38-B, os §§ 3º, 4º, 5º e 6º no artigo 63 e os artigos 34-A, 36-A, 74-B, 113 e 114, e renomeia o parágrafo único do artigo 38-B para § 1º, todos na Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002 - que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA), disciplina o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre, inclui os §§ 10, 11, 12, 13, 14, e 15 no artigo 2º na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, que fixa alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre, define regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. **(SEI 118.00229/2020-70)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e das Emendas nºs 03 e 04 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 03 e 04.

Observações:

- com Emenda nº 03, do Ver. Claudio Janta;

- com Emenda nº 04, dos Vers. Idenir Cecchim, Claudio Janta, Mauro Zacher e Airto Ferronato e das Ver^{as} Cláudia Araújo e Comandante Nádia;
- retiradas as Emendas nºs 01 e 02;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM; § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-07-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 018/20. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Que eu me recorde, Presidente, vereadores e vereadoras, nos últimos minutos antes da votação anterior, o líder do governo, o Ver. Idenir Cecchim, falou em adiamento por uma sessão deste projeto. Essa é uma questão importante e fundamental: se há o adiamento, se há a manutenção dessa proposição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim pede um aparte, Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): V. Exa. faz um excelente trabalho na condução, Presidente. Cedo o aparte.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Amigo Ver. Pedro Ruas, palavra dada é palavra cumprida, perfeito?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): V. Exa. está pedindo o adiamento desse projeto?

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Após a discussão, sim, me comprometo.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Certo. Então há um pedido de adiamento do líder do governo, que nós votaremos a favor, certamente. Mas quero dizer, na discussão, Presidente, que este projeto descumpre uma questão maior; qual é a questão maior? Os municipais foram levados a imaginar, e aqui estou me referindo especificamente a essas associações municipais que, de uma certa forma, apoiaram a aprovação do PELO, que são minoria, mas tem uma voz que foi ouvida e, do meu ponto de vista – é uma opinião minha, não é uma realidade constatada, porque eu não falei com a pessoa –, o meu ilustre amigo, o grande Ver. Airto Ferronato, também a ele foi levada a informação, é a minha opinião, de que este PLCE seria retirado, não seria votado, não teria a extensão dessas alíquotas de 14% até o salário mais baixo, que é o que o PLCE determina. Este projeto, portanto, que não será votado hoje – já nos garantiu o líder do governo, o Ver. Idenir Cecchim, que tem palavra –, na verdade, fere

de morte aquilo que seria a ilusão das associações de municipais, repito, que são minoria na categoria, mas que, de uma certa forma, fizeram pressão pela aprovação do PELO, na expectativa – porque é isso que foi gerado – de que este PLCE seria retirado, mas ele não foi; ele foi hoje colocado, de uma maneira errada, na Ordem do Dia, e agora, de uma maneira certa, está sendo adiado pelo líder do governo, Ver. Idenir Cecchim – eu digo errada em termos de acordo. Essa forma nós temos agora de podermos debater o tema não pode prescindir daquilo que foi a existência desse PLCE na votação do PELO, a existência desse PLCE passou a acontecer em função de que o governo não tinha 24 votos para apoiar o PELO, e, no momento que teve 24 votos, ele deveria retirar esse PLCE. Ele não retirou, colocou hoje de uma forma açodada, retira de uma forma adequada, para a outra sessão, mas a votação tem que ser a mesma: tem que ser rejeitado. Ele não poderia existir, repito, ele tem que ser rejeitado, porque prejudica bastante os municipais, prejudica muito os municipais e, particularmente, neste caso, infelizmente, os de menor renda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Cada sessão de ataque aos servidores públicos e às servidoras nos deixa num estado de ânimo de perplexidade, porque quem trabalha, ao invés de receber o apoio do governo, ao invés de receber o aplauso do governo, recebe o punhal, e pelas costas! Disseram que tinham negociado não mexer na alíquota, não aplicar a alíquota para aumentar a idade – botaram lá em 62 e 65 anos sem ter necessidade –, mas agora são 14% em cima de mais de 14 mil servidores e pensionistas; 14%! Hoje se recolhe só a partir do teto do INSS; agora não, não tem mais teto, vai pegar todo mundo. As pessoas estão me perguntando, e elas nem sabem do tal acordo que supostamente fizeram, e elas estão me perguntando: “Mas como, Jonas, se eu já recolho 14%?” Agora é sobre tudo, sobre toda aposentadoria, praticamente sobre toda. É financiar o prefeito, financiar o seu governo, o prefeito que quer revogar o IPTU com o bolso do municipal, que hoje contribui 14% acima do teto e vai contribuir com quase todo o bolo da aposentadoria. As pessoas estão lá! Esse adesivo aqui, quase 24% é o que o governo municipal deve de inflação – não é aumento, é inflação – à categoria! Deve às enfermeiras, aos médicos, aos técnicos enfermagem, aos garis; deve e estão dando calote há muito tempo nesses servidores, porque está na Lei Orgânica que tem que reajustar o salário todo mês de maio. Então 24% a menos, mais os 3% que o Marchezan tirou, botou de 11% para 14%, em 2017, e agora aplicar esses 14% sobre o bolo inteiro desses que construíram o serviço público, há muito tempo, em Porto Alegre. Estou falando dos nossos velhinhos – desculpe essa palavra, mas falo com carinho – e das nossas velhinhas, que hoje estão com 70, 80 anos, que estão em casa, muitos não estão nem conseguindo acompanhar a sessão da Câmara, e vão receber sabe o quê? Esse presente do Melo, PLCE 018, 14% a menos no seu salário! Imaginem uma

pensionista recebendo isso, gente, com o preço do gás, da gasolina, da comida, Ver.^a Cláudia Araújo, o quilo do arroz custa R\$ 5,00. Pensa num gari, pensa em quem tem que inteirar os trocos para conseguir completar o mês com comida na mesa! Gente, eu peço sensibilidade! O governo não podia tratar assim o servidor público, é ele que constrói o serviço público. As monitoras, gente, o básico do padrão 2 ao 4, na Prefeitura, é menos do que um salário mínimo – menos do que um salário mínimo é o básico do padrão 2 a 4 –, que é quem trabalha no DMAE, quem é o operariado da Prefeitura, e sobre esses que estão aposentados ou vão se aposentar: 14%. Presente do Melo! Melo, eu não acreditava que o senhor ia fazer isso, conseguir tirar o lugar do Marchezan de pior prefeito, de mais demagogo, porque foi lá na Guarda Municipal, com o Ricardo, na eleição, e disse: “Não, não vou detonar com servidor, sou diferente”. Pois então, é diferente porque é pior. Ainda disse que fez acordo com instituições, com vereadores, com não sei quem, de 24 votos, e agora 14%. Já preparem o bolso, R\$ 600,00 a menos no salário, para todos e para todas. Isso é um escândalo. Ao invés de botar os seus cargos comissionados a trabalhar, fazer projetos, captar recursos dos Ministérios, conversar com os deputados federais, buscar emendas, não; vai buscar no bolso da coitada aposentada, do coitado pensionista, que conta os trocos, Ver. Aldacir Oliboni, para completar as suas compras, para botar as contas em dia. É lamentável a postura do governo que virou as costas para o funcionalismo, está mantendo a mesma toada do Marchezan, e isso vai levar ao mesmo lugar: a chamada lixeira da história. Ela está aí, aberta, sempre alguém cai dentro dela. Eu lamento profundamente que o funcionalismo esteja sendo desrespeitado dessa maneira hoje com esse projeto vergonhoso, para não dizer coisa pior.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde, com certeza muitos são servidores do Município que estão preocupadíssimos com a elevação das alíquotas promovida pelo governo. Quando nós votamos aqui a reforma da previdência, depois de um longo debate, onde o governo não tinha os votos necessários. Mas de repente, uma bancada de um colega vereador, fez aqui as suas ponderações e disse que combinou, ou articulou junto com algumas entidades de municipais, que era possível buscar um entendimento, e, portanto, mudou a sua direção do voto, votando a reforma da Previdência. Naquela ocasião, o governo tinha apresentado o projeto das alíquotas - mas, majorado, por exemplo, até 22%. O governo disse, naquela ocasião, que se votada a reforma da Previdência, retiraria o projeto das alíquotas - dito aqui pelo líder do governo, Ver. Cecchim. O Ver. Cecchim falou aqui que retiraria o projeto das alíquotas. Mas, a Casa foi surpreendida, porque assim mesmo votando a reforma da Previdência, o

governo apresenta o projeto das alíquotas. E agora está dizendo que o projeto das alíquotas não é até 22%, mas sim até 14%. Aí nós perguntamos, como disse aqui meu nobre colega Ver. Jonas, quem não contribuía antes, agora contribui, sabe com que valor? Com a maior taxa, porque até R\$ 2 mil são isentos, e os demais, pagam 14%, no salário de R\$ 3 mil, imaginem aquele que não pagava, passou a pagar; e o Ver. Jonas tem razão, é uma grande maioria de aposentados, que não ganha até R\$ 3 mil, ou R\$ 4 mil. Agora, ganhando R\$ 2.200 mil já vão pagar 14%. O governo vai ter uma possibilidade, e aí o governo fala em economia; não é economia. O governo está tirando do servidor, porque o servidor passa a pagar, e passa a ter recurso para sua caixa, R\$ 2 milhões a mais mês! Dois milhões a mais mês! Quem está pagando? O servidor, que não pagava antes. Então, essas reformas, na verdade, elas vêm exatamente para taxar, para poder dificultar cada vez mais a vida do servidor público, que está ali na frente, atendendo essa situação caótica da pandemia, sem vacina! Muitos servidores levaram muito tempo e ainda não receberam a vacina, em algumas áreas. O transporte público que não deixa de ser uma função pública, receberam as vacinas - agora estão recebendo. O governo diz que essa reforma da Previdência é para resolver o problema da cidade em outras áreas. Mas quem paga de novo, quem é taxado de novo, ou novamente? O servidor público. O servidor público pagou caro, no governo anterior - muito caro - perdeu todos os avanços que tinha, anuênio, quinquênio e uma série de coisas mais, inclusive, lá no final do governo anterior, muitos dos que estão aqui na base do governo, agora, eram contra o governo Marchezan, inclusive, aprovaram aqui a CPI, e agora, o que houve? Mudaram? Porque as maldades do governo Marchezan estão colocadas em plenário, postas novamente! É uma enorme incongruência, uma contradição enorme! O governo Melo assumiu claramente, Ver. Jonas, a pauta do Marchezan, do governo Leite e do governo Bolsonaro - não é por acaso que, inclusive, até se reuniu esse final de semana com o Bolsonaro, sem máscara, Ver.^a Karen! Estão aí as fotos, na imprensa! Onde estamos? Ele ir contra o próprio decreto dele! O Melo tem que reavaliar as suas atitudes, nobre prefeito! Reavalie suas atitudes; senão, logo, logo, a insatisfação acaba tomando conta, e o senhor terminará o governo com uma rejeição maior que o Marchezan - tenha cuidado. Não é de um dia para o outro, disse que abre o diálogo, mas não quer entender nada do que se discute na Câmara, como por exemplo, nós vamos abrir o trabalho de uma comissão especial de transporte, e não quer adiar, por exemplo, a liquidação da Carris. Mas é uma necessidade, o senhor conhecer - porque o próprio prefeito está dizendo que não tem acesso às planilhas -, pede a abertura da caixa preta; pois a comissão vai ajudar a descobrir o que está acontecendo. Então, dar tempo ao tempo é necessário, por isso existe a Câmara, o Legislativo, o debate. Nós aprendemos aqui a construir, exatamente, alternativas, e por isso fizemos um apelo, mas, infelizmente, nessa da reforma da Previdência, prefeito, o senhor cometeu um grande equívoco. E aqui foi dito, que se o senhor aprovasse a reforma da Previdenciária, retiraria projeto das alíquotas, e não foi retirado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Márcio; Sras. e Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Lá no projeto original que o Executivo, o governo, encaminhou para a Câmara, quem ganhasse de R\$ 1 até R\$ 2 mil, pagaria uma alíquota de 9%, de R\$ 2 a R\$ 3 mil, 12%, e de R\$ 3 a R\$ 5.800 a partir daí 14%, reduzindo uma isenção que era de um salário mínimo - um salário mínimo. Com as propostas que apresentei, a primeira, nós chegamos a dois salários mínimos de isenção. Isto reduziu a base de cálculo. Eu propus uma isenção de até 4 salários mínimos, e não surgiu eco nenhum, surtiu efeito. Retirei a Emenda de 4 mil e apresentei uma Emenda de isenção de até 3 salários mínimos de isenção. O prefeito, através do Executivo, os comandantes lá, foi aceita uma isenção de 2,4 salários mínimos, isso dá uma redução na base de cálculo - dá quase um pouco menos de R\$ 3 mil de redução. É por isso que para apresentar as emendas que apresentei, eu vou retirar a Subemenda nº 1, que propunha 3 salários mínimos, porque nós temos apenas direito a duas subemendas, e vou manter uma Subemenda nº 4, que inclui no artigo 37, um parágrafo, que diz, basicamente, o seguinte: os servidores que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003, o valor do benefício da aposentadoria, por incapacidade permanente, corresponderá a totalidade da sua remuneração. Esta proposta não constava do projeto original do prefeito, e isto causaria problemas aqueles que por ventura viessem a ter uma invalidez, não receberiam a aposentadoria integral. Portanto, estamos pedindo a votação favorável a essa subemenda. E a outra subemenda que apresentei, é a Subemenda nº 5, que traz uma isenção até o valor de 2.4 salários mínimos. Eu vou retirar, portanto, a Subemenda nº 1, que traria até 3 salários mínimos, porque não consegui votos suficientes para aprová-la, e para não prejudicar esta subemenda, eu estou retirando a Subemenda nº 1, também, dizendo que com esta subemenda estamos reduzindo o valor da contribuição previdenciária, que estava prevista no projeto de lei complementar, foi isso que conquistamos aí. Estou pedindo para votação favorável das Subemendas nºs 4 e 5. Um abraço a todos e obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. presidente, Sras. e Srs. Vereadores, meu querido, Ferronato, entendemos bem o seu esforço de conseguir reduzir os danos, ou dar ao servidor público um pouquinho mais de tranquilidade. A sua subemenda certamente será aprovada, e eu acho que V. Exa. tem razão, todo mundo deveria aprovar por unanimidade essa subemenda, que chega a R\$ 2.640 a isenção. É pouco? É, mas foi uma conquista que o Ver. Airto Ferronato conseguiu pela sua

tenacidade até hoje, lutando pelos funcionários públicos, pelos servidores aposentados e não aposentados. Então, essa minha intervenção é mais para fazer justiça à luta do Ver. Ferronato e para dizer que vamos votar na emenda que ele apresentou de 2.4 salário mínimo de isenção. Também queria esclarecer ao Ver. Oliboni, que me questionou fora da tribuna, da retirada do projeto. Não. É a retirada da emenda que estabelecia 22% - estamos cumprindo, hoje com esse projeto da maneira que está com a com as subemendas que, aliás, também o Ver. Ferronato conseguiu, nós vamos votar para que fique registrado, para que sejam tranquilizadas as entidades que fizeram um pedido para votar a reforma da Previdência. Então, vamos com tranquilidade, esclarecida a situação, votar este projeto que é importante para o futuro dos servidores municipais, tanto dos aposentados, quanto dos servidores da ativa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa noite a todos e todas. Eu quero falar sobretudo para aqueles que estão acompanhando esse projeto nas suas casas, nos grupos de WhatsApp. Primeiramente, dizer que é muito triste a gente estar votando um projeto tão importante para os municípios de Porto Alegre, com essas galerias vazias, nesse horário, e com a nossa resistência muito enfraquecida. Um projeto desnecessário, um projeto como a gente vem debatendo, tecnicamente, não se sustenta, um projeto que quer penalizar novamente quem já vem sendo penalizado, mas como a gente também já colocou, outras vezes, nessa tribuna, muitas vezes a Justiça, a verdade, os pareceres técnicos de nada adiantam para essa Câmara, se tem intenção de votar. É político, o nosso problema; não é jurídico, não é técnico, porque quando o governo quer, patrula a Procuradoria, patrula o Conselho do Previmpa, usa de todos os recursos para postergar ou inviabilizar a participação daqueles que vão ser atingidos por esse projeto. Essa forma de democracia, essa forma de tratar os projetos que impactam a população de Porto Alegre ou diretamente o servidor público, porque vai empobrecer, já está empobrecendo - isso são legados da gestão do Marchezan - e vai empobrecer ainda mais, porque não é uma crise de gestão, é uma crise estrutural do nosso sistema, e os direitos que são garantidos pelo serviço público, pelos servidores, é aquilo que indiretamente afeta toda a população de Porto Alegre. Então, é muito cruel, é muito oportunista se utilizar da pandemia para fazer modificações estruturais na forma do Estado Brasileiro, que vai produzir em curto e médio prazo ainda mais desigualdade, ainda mais concentração de renda, mais empobrecimento e violações de direitos. Porque o serviço público, para nós, que precisamos de SUS e CRAS, de política pública, o Estado representa isso, quem executa tudo isso são os servidores. Como a gente falou milhares de vezes nessa tribuna: não queremos palmas; queremos valorização salarial, queremos que parem de mexer nos nossos direitos, que é aquilo que a gente conquistou com luta, com greve, com organização. É uma forma muito oportunista se utilizar da

pandemia para fazer essas modificações. A nossa democracia permite que tudo isso seja votado; isso que, para nós, que defendemos tanto a nossa democracia, mas nesse horário, no dia de hoje, sem resistência, democraticamente, vai ser aprovado um esbulho, um confisco do salário dos servidores públicos. É triste, é revoltante, mas que juntos a gente consiga tirar lição desse processo, porque não dá. A pandemia está sendo utilizada, enquanto um instrumento de postergação da luta do nosso povo; não podemos abrir mão de fazer a disputa política! Não podemos deixar governo Bolsonaro, governo Eduardo Leite, Melo, estarem votando projetos desse tipo, com essa Câmara vazia! Até quando a gente vai permitir que isso aconteça? Até quando a gente vai permitir que a pandemia seja utilizada enquanto um instrumento de não-mobilização do nosso povo. Isso é um recado para os servidores, para os servidores que estão nos ouvindo. Esse é um recado para as comunidades que estão tendo seus direitos violados, que estão sendo impactados, que estão insatisfeitos, vai vir de nós, a nossa luta, a nossa mobilização faz diferença. Não dá para acreditar em palavras de vereador, hoje eles falam uma coisa, amanhã eles fazem outra. O xadrez, as peças do jogo, se modificam ao longo do processo de discussão e de votação de um projeto como esse. Temos que acreditar na nossa força, na nossa mobilização, na nossa organização, e aí sim, modificar voto de vereador. Eu acho que essa reforma da Previdência, os dois projetos, da forma como estão sendo discutidos e aprovados aqui dentro desse Parlamento, dizem muito do oportunismo, da política de Porto Alegre. Nós temos que acreditar na nossa força, na nossa mobilização. Não podemos mais permitir que projetos como esses sejam votados com esse plenário vazio, a esse horário da noite, com essa Câmara fechada, com servidores tendo que trabalhar. É uma vergonha! Uma vergonha o que está acontecendo! Mas do governo eu não espero, sinceramente, do governo Melo, eu não espero nada, além disso que está vindo para nós. Mas cabe a nós, quem vive do próprio trabalho, quem acredita na luta e na mobilização como instrumento de mudança, para melhor; cabe a nós refletir e avaliar o que está acontecendo, que a gente vem só perdendo, a gente vem só perdendo direito trabalhista, social, previdenciário, isso é um balanço em nós; nós temos mais a dizer em relação a essa situação do que esse governo oportunista que está aí. Então era essa a minha fala em relação a esse projeto e vamos seguir aí no debate.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, aqueles que nos acompanham na televisão, nas redes sociais, enfim, todas as plataformas. Eu quero aqui trazer, presidente do Previmpa, diretor, Rodrigo Costa, o acordo assinado por diversas entidades que compõem, que são dos servidores públicos e que vieram à mesa, num grande debate, Presidente Cecchim, que durou ao longo dos últimos cinco meses e que tanto os vereadores, as vereadoras e essas entidades que não

têm... Tem algumas entidades que você vê, toda a sua diretoria é do partido A, partido B e partido C. Essas entidades não participam de negociação, porque o que importa é a corporação; o que importa é o nicho eleitoral. Não importa o interesse da esmagadora maioria da população e o que esta reforma da Previdência, sim, trará efetivamente de benefício para a maioria dos porto-alegrenses. Esse termo de acordo que foi realizado pelas entidades, pela Prefeitura, no dia 9 de julho de 2021 - do qual participaram a Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre; Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre; Associação dos Agentes de Fiscalização Municipal de Porto Alegre; Associação dos Administradores, Atuários, Contadores, Economistas e Estatísticos do Serviço Municipal de Porto Alegre; Associação dos Auditores e Técnicos de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; enfim, tantas entidades junto com vereadores, sociedade civil organizada -, teve, sim, nesse acordo, a retirada das emendas ao PLCE nº 018/2020, definição dos cálculos de pensões, a retirada da diferença de idade, correção do erro de redação na Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao PELO nº 002/2020, manutenção das demais regras contidas na Subemenda nº 02, enfim. Todos os acordos que foram estabelecidos serão cumpridos por estes vereadores. Por isso, quero parabenizar absolutamente todos aqueles que participaram do grande diálogo, em primeiro lugar, e depois desse grande acordo que não é para beneficiar uma corporação, assim como outros tantos projetos que virão a esta Casa. Alguns partidos aqui, Presidente Márcio, defendem corporações. Nós, aqui, a grande maioria do governo Melo que faz parte da base aliada, defenderá os interesses da população, a grande maioria da população de Porto Alegre. Muito obrigado e boa noite a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente Márcio, eu estou acompanhando a sessão de forma remota, tive que sair por questões familiares, mas eu sou daqueles que prestam atenção em tudo que os colegas falam. Eu estive na Câmara à tarde, ouvi um discurso caloroso, às vezes, até que foge do controle, sobre os termos: pirotecnia, falar para a sua bolha. Eu estou falando aqui do colega que tenho respeito, como tenho por todos os colegas, o Ver. Jonas Reis. Aí, mas o que eu preciso me manifestar, a discussão do projeto, não pode deixar de citar o que foi dito pelo Ver. Jonas Reis para que eu pudesse tecer os meus comentários de admiração pelos vereadores Airto Ferronato, Idenir Cecchim, porque falar para a bolha é fácil. Eu me dirijo a todos que estão assistindo a esta sessão e que não são de bolha nenhuma. O Ver. Jonas disse, em primeiro lugar, usando o pessoal da melhor idade, uma expressão carinhosa dos velhinhos e tal, falou “você, que ganha até menos de um salário mínimo”. Aí, no meio do discurso, disse "preparem seus seiscentos reais". Ora bolas, se existe a previsão de isenção e, caso esses servidores recebessem menos de um salário, não

seriam seiscentos e poucos reais a menos, Ver. Jonas, isso é questão de matemática. Então, eu quero chamar atenção aqui e, sobre os discursos... (Problemas na conexão.) ...isso sim é pirotecnia para falar para a bolha. Nós vamos fazer uma discussão séria aqui sobre a aposentadoria das pessoas futuras, sobre o equilíbrio da previdência, sobre os acordos que foram tratados com algumas, pode se considerar que, vamos dizer assim, pessoas *non gratas* pelo sindicato, que são partidarizados, mas também são servidores muito respeitosos. Nós estamos falando aqui de propostas desenhadas por mãos também de servidores de carreira. Eu sempre reconheço aqui os secretários da Fazenda, os últimos: tanto o Busatto e sua equipe; o Rodrigo, do Previmpa; o Rodrigo Fantinel, secretário da Fazenda. Vamos ter um pouquinho mais de respeito pelas propostas. Vocês podem não concordar, vereador, eu entendo a sua militância e o seu mandato... (Problemas na conexão.)... diretor do Simpa e sendo filiado ao PT, eu entendo e respeito o posicionamento de todos, mas vamos diminuir essa pirotecnia. Porque quando ela vem contra o senhor, aí o senhor não gosta, aí o senhor faz discurso e aí o senhor reclama. Então, vamos falar sobre os argumentos. Nós vamos votar favorável, porque nós conhecemos a proposição e a respeitabilidade dos corpos técnicos que se debruçaram sobre essa proposta para assegurar o equilíbrio e, inclusive, o futuro, respeitando as proposições do Ver. Ferronato, que vem sempre com a sua preocupação de amenizar danos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Bom, o que nós estamos debatendo aqui neste momento é importante, aqueles e aquelas que nos assistem, especialmente as servidoras e os servidores públicos do Município de Porto Alegre, é a concretização da política da gestão municipal nestes sete meses de governo que transformou o funcionário público de Porto Alegre no seu inimigo nº 1. Foi isso que aconteceu nesses meses. Os projetos que a Prefeitura colocou com prioridade para serem debatidos aqui na Câmara de Vereadores - como o projeto que tratava sobre a questão da Procempa; posteriormente, a reforma da Previdência - todos são projetos que visam a atacar os direitos conquistados pelo serviço público da nossa cidade ao longo das últimas décadas. Essa é a questão. E está apresentando isso como se fosse o único caminho para o desenvolvimento econômico e social da cidade de Porto Alegre. E o que a gente observa em nível nacional com essa política liberal, com essa política de retirada de direitos, o discurso reformista, é que o Brasil, nos últimos anos, só está retrocedendo. É isso que está acontecendo. O Brasil retrocede do ponto de vista econômico; o acesso aos direitos no nosso País diminui cada vez mais; o mundo do trabalho, depois das reformas aplicadas pelo governo federal e replicadas nos estados e municípios está cada vez mais desigual; e o Melo está fazendo uma aposta arriscada neste momento que é entrar nessa onda, embarcar nessa onda. A verdade é que o Melo,

até então, está sendo dirigido politicamente por um setor de extrema direita, ultraliberal, aqui da cidade de Porto Alegre; essa é a grande questão. Deu um giro de 180° e faz uma aposta arriscada. Faz uma aposta arriscada porque as ruas do nosso País, cada vez mais, mostram a fragilidade dessa política, porque o povo não aguenta mais. O servidor público não é inimigo desta cidade, o servidor público está na ponta da garantia de direitos das comunidades de Porto Alegre - saúde, educação, assistência social, DMAE, DMLU -, e vejam só a situação de arrocho salarial que esses servidores vivem nos últimos anos. Agora, nós estamos tendo ainda a greve da Procempa, uma empresa que diz no seu estatuto que não tem que dar lucro e que, nos últimos anos, teve superávit, mas que não quer conceder reposição salarial para os seus trabalhadores que têm perda de mais de 20% nos últimos anos. E como já disse aqui o Ver. Jonas Reis, essa é a realidade do conjunto do serviço público municipal. E agora nós estamos diante de uma reforma da Previdência e da sua continuidade com esse projeto que vem da gestão Marchezan, mostrando, mais uma vez, que o prefeito Sebastião Melo rasgou o seu discurso das eleições, que disse que ia fazer diferente do Marchezan, mas está simplesmente retomando os projetos que ele colocou nesta Casa e que foram rejeitados pelo povo, essa é a verdade. Rasgou o seu discurso das eleições! Nós estamos diante desse quadro com o serviço público sendo atacado, com possibilidade de diminuição da renda, do poder aquisitivo e da qualidade do trabalho e do serviço que são prestados para a população. E não nos enganemos aqui com discurso demagógico, porque se fala tanto do trabalhador informal, do trabalhador que não tem os direitos que o servidor público tem e o que foi proposto, até este momento, para esses trabalhadores na cidade de Porto Alegre? Hoje, nós vimos, porque a base governista se negou a discutir uma política para esses trabalhadores com a questão da cultura, com a possibilidade de um auxílio emergencial com fundos públicos que estão lá e poderiam ser utilizados para isso. Então, não há política para o trabalhador, para o trabalhador informal, para o trabalhador do setor privado, tampouco para o serviço público. Não há política para o trabalhador na Prefeitura do Melo. Há só o atendimento dos interesses empresariais que estavam lá, no sábado, fazendo almocinho com o genocida do Bolsonaro. Eles estavam lá, sem máscaras, sentados, conversando - nós vimos tudo isso acontecer. É para eles, os mais ricos da cidade de Porto Alegre, que o governo está fazendo a sua política neste momento. Essa é a verdade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores, é engraçada a discussão. Tem gente que não quer encerrar as discussões. Nós já votamos aqui dois turnos da previdência municipal. Eu confesso a vocês que eu não recebi nenhuma ligação falando mal de nós termos votado a previdência, Presidente. Mas o que me chama atenção, a Ver.^a Karen vem aqui dizer

que 19h30min é tarde. Mas, Karen, tu vais ainda... Eu passei madrugada já por votações, e a Karen diz que 19h30min é tarde para votar. É muito cedo, Karen, tu és uma jovem; tem muita coisa para trabalhar por esta Casa e por Porto Alegre. A intransigência é tão grande, Cecchim, tão grande que hoje o Jonas, que está aí sentado ao teu lado ou atrás, procurou na Prefeitura o ex-Presidente desta Casa, o Ver. Cassio, que é o coordenador, para buscar uma negociação da previdência. Olha a intransigência. Antes não queriam, acampavam aqui na frente, gritavam contra todo mundo e faltou esse diálogo para ele, porque nós tivemos várias oportunidades de conversar, de dialogar, de buscar alternativas com as associações. O único que se postava contra, radicalmente contra, foi o sindicato, e ele busca agora, neste momento em que nós votamos dois períodos, ou seja, 1º turno e 2º turno, a negociação. Isso prova a grande contradição e a grande frieza em que ele colocaram os funcionários da Prefeitura pela falta de diálogo, pela falta de uma referência de entender que é a previdência uma coisa que começou lá com o governo Lula, com eles mesmos. O Jonas é do PT, deve saber dessa história, e lá que houve a cisão, quando o PSOL saiu, porque o Lula mexeu, foi lá, começou. Todas as Prefeituras praticamente estão fazendo, os estados, a União já fez. Na Assembleia já fiz a complementar lá, eu era deputado. Então, na realidade, as pessoas têm que aprender a voltar atrás, a conversar, a dialogar. Sindicato que fica só no radicalismo não tem nenhuma alternativa de futuro, Ver. Ramiro. É criticar pelo criticar. O ruim tem que ficar pior; só em volta do seu umbigo. Então, na realidade, hoje, se o sindicato tivesse honradez, tivesse capacidade de dialogar, quem sabe nós teríamos uma questão ainda melhor da previdência. Eu, numa certa *live*, tive que interferir, Presidente, defendendo um homem honesto, correto, meu colega por muito tempo nesta Casa, o Ferronato, que cedeu para haver a negociação. Aquilo que as entidades, a maioria das entidades queria. Não queriam radicalismo, queriam encontrar... O pior seriam as alíquotas chegando a 22%. Buscou alternativa, nós fizemos emendas; esse projeto está na Casa é para reafirmar, líder de governo, Ver. Cecchim, reafirmar aquilo que foi tratado com legitimidade, com verdadeira capacidade de diálogo. É reafirmar isso para o funcionário, que nós votamos pelo melhor caminho, aquele que não ia prejudicar, até porque o sindicato, os radicais de esquerda, em nenhum momento, apresentaram uma alternativa. Então, é muito fácil criticar, mas resolver, quem vai resolver aqui é a maioria. A maioria, um consenso equilibrado, pensando em Porto Alegre, e é nesse sentido que nós votamos. E agora vamos legitimar aquele acordo que foi feito pela maioria dos vereadores que concordaram que a hipótese que nós votamos aqui foi a mais justa, mais coerente para o funcionalismo municipal. Ficamos tranquilos. Agora, os radicais querem negociar. Agora, já é tarde. Perderam a grande oportunidade, Presidente, de estarem conosco. E eu tenho certeza que vocês também viriam já que o seu partido não... (Problemas na conexão.) ...de vocês, o Mauro e V. Exa., mas sim o partido entender outra dinâmica. Eu senti que vocês queriam, em algum momento, como nós, chegar ao entendimento. O entendimento era possível, mas não houve, por parte do sindicato dos funcionários da Prefeitura, a capacidade de negociar. Agora, é tarde. Quero concluir, Presidente, dizendo que nós vamos apenas votar a reafirmação

daquilo que nós já tínhamos votado, que é melhor para Porto Alegre e melhor para o funcionalismo municipal. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, fui citado pelo nobre Ver. Cassiá, que cita o PT toda hora, cita a gente, que a gente mexeu na reforma da Previdência. Podemos até ter mexido, agora a gente não dá calote como o seu correligionário, José Otávio Germano, que deu calote nas profissionais do sexo. A gente não faz como o Barros lá, o seu partido com o governo Bolsonaro, que está agora metido com ganhar um dólar por vacina do povo brasileiro. Então, vamos acalmar um pouco, não é, vereador.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Colegas, eu subo aqui muito triste ao ver este espaço esvaziado, mas principalmente vou utilizar do meu tempo aqui como uma forma de denúncia a esta frustração que é o fato de a gente se organizar e estar aqui até este horário, 19h50min, depois de uma série de manobras que o governo faz. No que tange à hipocrisia, porque definitivamente, quando se colocam as coisas nessa natureza toda, uma manobra em cima da outra, um golpe atrás do outro, ameaçando o funcionalismo público, agindo de forma que chega ao ponto de ser covarde... Esses são ataques que a gente não pode naturalizar. Isso é um absurdo. Este horário, nós estamos aqui e já aproveito para fazer este encaminhamento, meu e da Ver.^a Bruna Rodrigues, nós, enquanto bancada do PCdoB, nos colocamos contra, porque este ataque ao funcionalismo não pode ser naturalizado, e, desses dois salários de redução na alíquota, nós propomos agora uma emenda para que sejam quatro salários. Nós compreendemos que essa covardia, essa ameaça ao funcionalismo público não poder permanecer dessa forma; é sempre dessa maneira.

As senhoras e os senhores que estão aqui me assistindo não conseguem ver, mas o espaço aqui está esvaziado, e isso é uma vergonha, é assim que o governo trata a população, é dessa maneira que se alinham os interesses. Isto é um absurdo e precisa ser denunciado, porque, depois, quando surgem, aí, pelas redes sociais, falando quem são os inimigos do povo, quem são os inimigos do funcionalismo. Pois então?! Fica bem objetivo agora para que vocês compreendam quem, definitivamente, está lutando a favor de direitos e de justiça social, de direitos aos trabalhadores e aqueles que estão somente fazendo as suas manobras em prol dos seus benefícios e das organizações feitas da forma mais obscura.

É assim que encaminha a Bancada do PCdoB, e de forma muito, mas muito triste, por ver o descaso com os trabalhadores do Município, logo com a execução de trabalhos, de funções que são necessárias neste momento. Nós nos colocamos aqui desde já contrários, porque compreendemos que, se agem dessa maneira aqui, os

colegas que solicitaram a ampliação do horário da sessão sumiram daqui, aí vocês já compreendem quais são as prioridades que são dadas nesta Casa. Finalizo assim, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): O importante é a gente saber que a traição da Prefeitura veio mais rápido do que a gente imaginava. A gente alertava que, apesar do projeto do Sebastião Melo de aumentar as idades para aposentadoria tínhamos, mesmo assim, em breve, ele apresentaria mudanças que prejudicariam boa parte dos aposentados e servidores públicos municipais. Pois bem, estamos aqui, agora, menos de um mês depois, debatendo essa alteração, esse PLCE que tem como objetivo ampliar a quantidade de aposentados do nosso Município que arcarão com a previdência.

Praticamente a gente teve um aumento de 50% de trabalhadores e trabalhadoras que dedicaram o seu tempo, o seu empenho, a sua saúde, que se aposentaram e que depois da aposentadoria terão então que contribuir com 14% para a previdência do Município. Então o prefeito vendeu uma mentira para os servidores. Alguns grupos tiveram simpatia pela proposta, mas a grande maioria acabou sendo prejudicada, uma parte, pelo aumento nas idades, vai ter que trabalhar mais, vai ter que arcar com uma responsabilidade que não é sua, que é da Prefeitura, uma dívida que vinha do Poder Executivo, porque não foi feito o depósito que deveria ter sido feito. Então, os servidores, agora, estão pagando por essa responsabilidade, e, principalmente, os aposentados serão prejudicados. É uma mania nacional da nossa direita, dos partidos da direita e da extrema direita em atacarem os aposentados, as aposentadas, os contribuintes, os trabalhadores e as trabalhadoras.

Contem com a nossa solidariedade, com a luta dos partidos da esquerda, do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB, do PSOL, da bancada de oposição à Prefeitura e ao Prefeito Sebastião Melo. E, infelizmente, quando é para prejudicar os servidores, os projetos aqui passam a toque de caixa, são ignorados os procedimentos, os trâmites são acelerados, e nós ficamos aqui só votando projetos de interesse da Prefeitura para ampliar o seu caixa, para prejudicar aqueles que mais fizeram na nossa cidade.

Eu não tenho nem palavras para explicar para a população o que acontece nesta Casa, e porque nós, dia após dia, atacamos os servidores e servidoras do Município. É aquela velha história, quem acha que isso não lhe diz respeito, saiba que menos recursos na mão de aposentados e aposentadas significa menos dinheiro circulando na nossa economia. A economia se arrefece, a cidade sofre com uma crise econômica, enquanto o poder municipal amplia os seus recursos para fazer as suas políticas que nem sempre têm interesses de favorecimento de grande parte da nossa cidade, pois preferem, principalmente, investir em obras faraônicas ou obras de vulto, que enchem os olhos, mas que esquecem a periferia de Porto Alegre.

Dessa forma, a Bancada do Partidos dos Trabalhadores votará contra. Nós alertamos todos os servidores e servidoras, todos os aposentados e aposentadas que essa estratégia, exatamente como está sendo posta, aconteceria, e em breve teremos mais outras lutas envolvendo a Carris, envolvendo o DMAE, envolvendo outras políticas públicas que vêm sendo destruídas, por uma lógica ultraliberal, acima do neoliberal, e que estaremos fazendo o enfrentamento.

Saliento também todo o repúdio aos atos acontecidos no último sábado, na nossa capital, em que foram despendidos recursos públicos para um presidente genocida fazer aqui a sua motociata da morte. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra discutir o PLCE nº 018/20.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa noite a todos; peço desculpas por não estar no plenário, mas eu tinha reuniões agendadas. Eu quero dizer que eu tenho acompanhado a discussão, principalmente sobre esse projeto, e quero dizer que nós não estamos enganando ninguém, não estamos mentindo para ninguém. Nós estamos fazendo e cumprindo o que se espera de quem disputa uma eleição, que assumam os seus compromissos com a população, com o eleitorado. Nós estamos cumprindo com o que falamos na campanha. Nós estamos dando a possibilidade para a população de Porto Alegre, para as um milhão e quatrocentas mil pessoas da cidade de Porto Alegre, começar a ter uma esperança, uma condição melhor de vida. Os ajustes terão de ser feitos em todas as áreas, e nós estamos fazendo ajustes em todas as áreas. Nós estamos preparando e criando uma cidade para o futuro, uma cidade lá para a frente, uma cidade que talvez não seja para nós, já que tem várias questões estruturantes muito importantes na nossa Porto Alegre. Mas, com certeza, gerações futuras vão ter mais tranquilidade sobre a questão da saúde, da educação, da segurança pública, da empregabilidade, do investimento na cidade de Porto Alegre. Tem paradigmas que nós temos que quebrar, tem paradigmas que nós vamos ter de enfrentar, e nós estamos enfrentando com diálogo, com conversa, com peito aberto, discutindo com todos os setores e segmentos. Então não estamos enganando ninguém. Tudo que nós assumimos na campanha eleitoral – e estão aí os arquivos das propagandas eleitorais –, nós estamos cumprindo. Então nós achamos que todos esses projetos, principalmente os voltados aos servidores, foi discutido com todas as associações, foi discutido com todo mundo, só que sempre tem um lado que não quer, um lado que não quer ceder, que quer tudo, e nós estamos praticando esse diálogo, praticando um projeto de governo para a cidade de Porto Alegre, não um governo que vai beneficiar uma ou duas pessoas, mas que vai beneficiar um milhão e quatrocentas mil pessoas. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há mais inscritos para discutir o PLCE nº 018/20. Solicito ao diretor legislativo que proceda ao apregoamento das matérias.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLCE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLCE nº 004/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 07 ao PLCE nº 004/21.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria das Vereadoras Daiana Santos e Bruna Rodrigues, ao PLCE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria das Vereadoras Daiana Santos e Bruna Rodrigues, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLCE nº 004/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 05, de autoria dos vereadores Airto Ferronato e Mauro Zacher, à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria dos Vereadores Airto Ferronato e Mauro Zacher, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 05 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 018/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLCE nº 018/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 06, de autoria das Vereadoras Daiana Santos e Bruna Rodrigues, à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria das Vereadoras Daiana Santos e Bruna Rodrigues, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 06 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque a Emenda nº 05 ao PLCE nº 018/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 018/20.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O Ver. Idenir Cecchim pediu o adiamento, nós não chegamos a votar o requerimento. Então não sei se este encaminhamento está dentro do que é previsto para hoje ou se vai adiar.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Ver. Pedro Ruas, para cumprir com o que combinamos. Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Treze Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 20h09min: Não há quórum. Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0643/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 014/21, que altera a Lei nº 12.797, de 29 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2021. (SEI 118.00194/2021-50)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.
Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 20h10min.)

* * * * *